

**FACULDADE CAPIXABA DE NOVA VENÉCIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**CASARÃO DA FAZENDA SANTA RITA: ONDE A HISTÓRIA  
DÁ VIDA À NOVA VENÉCIA – ES**

**PATRÍCIA NEGRIS**

**NOVA VENÉCIA – ES**

**2018**

# **CASARÃO DA FAZENDA SANTA RITA: ONDE A HISTÓRIA DÁ VIDA À NOVA VENÉCIA – ES**

**PATRÍCIA NEGRIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo apresentado à Faculdade Capixaba de Nova Venécia, como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Me. Lígia Pereira Pôncio.

**NOVA VENÉCIA – ES**

**2018**

# **CASARÃO DA FAZENDA SANTA RITA: ONDE A HISTÓRIA DÁ VIDA À NOVA VENÉCIA – ES**

**PATRÍCIA NEGRIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo apresentado à Faculdade Capixaba de Nova Venécia, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

## **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Professora Me. Lígia Pereira Pôncio  
Faculdade Capixaba de Nova Venécia  
Orientadora

---

Professor Washington Catrinque dos Santos  
Faculdade Capixaba de Nova Venécia  
Examinador

---

Professora Me. Maísa Favero Costa  
Examinador Externo

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço primeiramente a Deus pelo sustento nessa jornada.

Aos meus pais, Deliane e José Domingos, por todo amor, cuidado, apoio.

As minhas irmãs, Leidejane, Lorena e Luana que nunca deixaram de acreditar em mim e são meus exemplos.

Aos meus sobrinhos pela alegria e afeto.

Ao meu noivo Alex, pela paciência, preocupação e suporte.

Aos meus demais familiares e amigos que me ajudaram a chegar até aqui.

As amigas de Dayany, Laleska e Misleyane com quem pude contar durante todo o período da graduação.

A minha orientada Professora Me. Lígia pela contribuição significativa ao trabalho desenvolvido.

Aos meus professores, pelo conhecimento compartilhado e o empenho com o aprendizado.

Quando deixar de ser objeto de um culto irracional e de uma valorização incondicional, não sendo portanto nem relíquia, nem *gadget*, o reduto patrimonial poderá se tornar o terreno inestimável de uma lembrança de nós mesmo no futuro.

Françoise Choay

## RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade propor a restauração e transformação do espaço do Casarão da Fazenda Santa no município de Nova Venécia – ES de tal modo que o torne atrativo na rota de cultura do município. Isso se torna necessário em virtude da memória afetiva agregada ao Casarão, que abriga história e as raízes do município veneciano. Assim, em um primeiro momento, é realizada a pesquisa literária ao que desrespeita a evolução dos conceitos de monumento, monumento histórico e patrimônio histórico, bem como as teorias que concerne à preservação e restauração dos bens. Além disso, é apresentado o órgão de preservação do patrimônio cultural brasileiro, o IPHAN, e suas competências e, também a relação delicada entre o patrimônio e o turismo. Posteriormente, é feito o levantamento do bem, sua história e características atuais, para que unido ao referencial teórico, ao fim seja elaborado uma proposta de intervenção.

**Palavras-chave:** Nova Venécia; Casarão Fazenda Santa Rita; Memória Afetiva; Patrimônio; Restauração.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma do IPHAN .....	22
Figura 2: Mapa dos limites administrativos do Município de Nova Venécia- ES .....	26
Figura 3: Demarcação da área de Proteção Ambiental da Pedra do Elefante .....	27
Figura 4: Vista do Casarão da Fazenda Santa Rita em 1986. ....	28
Figura 5: Vista geral da fachada frontal da edificação (Fachada Norte).....	31
Figura 6: Parte da estrutura de madeira da fachada frontal. ....	32
Figura 7: Detalhe da escada na fachada frontal.....	32
Figura 8: Parte da fachada frontal da edificação. ....	33
Figura 9: Vista geral da fachada lateral direita da edificação (Fachada Oeste) .....	34
Figura 10: Parte da fachada oeste .....	35
Figura 11: Detalhe da fachada oeste .....	35
Figura 12: Detalhe da parede da fachada oeste .....	36
Figura 13: Parte da Fachada oeste .....	36
Figura 14: Vista geral da fachada dos fundos da edificação (Fachada Sul).....	38
Figura 15: Detalhe da calçada na fachada sul .....	38
Figura 16: Parte da fachada sul. ....	39
Figura 17: Parte da fachada sul .....	39
Figura 18: Vista geral da fachada lateral esquerda da edificação (Fachada Leste) ..	41
Figura 19: Detalhe da porta de madeira .....	41
Figura 20: Parte da fachada leste .....	42
Figura 21: Vista da antessala .....	44
Figura 22: Depósito .....	45
Figura 23: Vista da cozinha 1 .....	45
Figura 24: Vista da Sala de Exposições/ TV .....	46
Figura 25: Vista de um dos dormitórios do lado leste.....	46
Figura 26: Vista da varanda .....	47
Figura 27: Vista dos sanitários .....	47
Figura 28: Proposta da restauração Fachada Norte .....	57
Figura 29: Proposta da restauração Fachada Oeste.....	58
Figura 30: Proposta da restauração Fachada Sul.....	58
Figura 31: Proposta da restauração Fachada Leste .....	59

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>MONUMENTO, MONUMENTO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO</b> .....	<b>11</b>
2.1	IPHAN E A PRESERVAÇÃO NO BRASIL .....	19
2.1.1	<b>Breve Histórico</b> .....	19
2.1.2	<b>Estrutura e Organograma</b> .....	21
2.2	PATRIMÔNIO E A INDÚSTRIA CULTURAL.....	22
<b>3</b>	<b>FAZENDA SANTA RITA: UM RECANTO DE HISTÓRIA</b> .....	<b>25</b>
3.1	ÁREA DE ESTUDO.....	25
3.2	BREVE HISTÓRIA DO CASARÃO .....	28
3.3	LEVANTAMENTO CADASTRAL E DIAGNÓTICO DE DANOS .....	30
<b>4</b>	<b>PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DO BEM</b> .....	<b>55</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>60</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A preservação de um bem histórico é essencial na formação de identidade de um grupo social ou de uma região. Além disso, conhecer os bens culturais permite que o indivíduo se reconheça nos mesmos e crie laços na vivência coletiva, conseqüentemente, despertando seu interesse pela cidadania (REIS, 2016, p.11).

Nesse sentido, pertencer a uma cidade vai além de simplesmente habitar. É conhecer sua história e sua origem e, com isso, identificar as características e tradições da região. Logo, o indivíduo reconhece sua essência e sente-se pertencente, desencadeando o sentimento de preservar a história para que ela seja perpetuada. Nessa procura pelas raízes é encontrado o Casarão da Fazenda Santa Rita, localizada próxima a Pedra do Elefante – Patrimônio Natural e paisagístico do Espírito Santo – pertencente ao município de Nova Venécia – ES.

A região que a Fazenda Santa Rita está localizada já fez parte da “Serra” almejada pelo Major Antônio Rodrigues da Cunha. De acordo com o historiador Nardoto (2016, p.305), esse avistou de sua Fazenda na Cachoeira do Cravo<sup>1</sup> a serra e sonhou em implantar uma nova fazenda nesse local. Assim, junto com imigrantes cearenses e italianos avançou rio acima até atingir a região que, conforme Russo (2007, p. 25), foi denominada por ele de Serra dos Aymorés, em virtude dos índios presentes na região. A sua fácil comunicação com os índios lhe conferiu o título de Barão de Aymorés posteriormente. Dessa região o Barão seguiu até o local sonhado e instalou a *Fazenda Serra de Baixo*.

Cunha (1994, p. 41) ainda ressalta que para atingir essa “cordilheira azulada” foi necessário adentrar mata virgem, margeando o rio por 30 km,

[...] finda a qual plantaram um barracão rústico, pousada e depósito de material, elo de ligação [sic] entre a Serra e a propriedade do major. [...] O local passou a ser chamado por muito tempo, simplesmente de “Barracão”, até que os italianos, quase todos oriundos do “Veneto”, roídos de nostalgia, apelidaram-no para sempre de Nova Venécia.

Embora não tenha sido sede da fazenda do major, esse casarão ainda sim é de suma importância para o nascimento do município, pois foi a partir da produção cafeeira implantada na região que o mesmo está localizado e a leva de imigrantes que moravam na Serra do Aymorés e trabalhavam como meeiros

<sup>1</sup> Foi a primeira fazenda do Barão de Aymorés, localizada no leito do rio Cricaré a 3 km do Distrito de Nestor Gomes, município de São Mateus, ES. (NARDOTO,2005,p.11)

ou diarista na lavoura que surgiu o núcleo Colonial de Nova Venécia em 1892. Tal núcleo foi projetado por Dr. Antônio dos Santos Neves e fundado graças à influência política de Dr. Constante Gomes Sodré e do Barão, que por seu destaque, em 1954 foi elevado a município (PIVA, 2014, p. 81).

Ao considerar o casarão como uma referência cultural em termos históricos e arquitetônicos devido às memórias da família do desbravador, arquitetura semelhante ao casarão dos escravos, como era conhecido a casa sede e que desmoronou por falta de conservação, e o ponto de partida do município, despertou-se o interesse em preservar essa grande fonte histórica municipal, a fim de que o município legitime esse bem de maneira mais enfática.

Dessa forma, o objetivo central desta pesquisa é propor a restauração e transformação do espaço de tal modo que o Casarão torna-se atrativo na rota de cultura do município. Para alcançar essa proposta foram definidos objetivos específicos: discorrer sobre a história do casarão; analisar as características atuais de conservação da edificação; fazer o levantamento cadastral e diagnóstico de danos; propor intervenção nos danos apresentados.

A metodologia utilizada para desenvolver este trabalho consiste em analisar um referencial teórico, através de pesquisas bibliográficas acerca dos conceitos de monumento, monumento histórico e patrimônio histórico, bem como os instrumentos de proteção e o órgão de preservação no Brasil, o IPHAN. Será apresentada também a cidadania com forma de apropriação do bem, e a indústria cultural do patrimônio. Constituem instrumentos dessa pesquisa a análise de livros, artigos, as cartas patrimoniais, trabalhos acadêmicos, disponíveis tanto fisicamente quanto em versão digital.

Na sequência, será feito o levantamento histórico da edificação, através de fontes municipais, como órgãos públicos; livros sobre a história do município; entrevistas que valorizam a memória oral e afetiva; levantamento cadastral, através de diversas visitas ao local; documentação detalhada do bem com fotos; elaboração de mapa de danos; texto descritivo. Por último, o projeto com a proposta de ações necessárias à conservação do bem.

O trabalho é estruturado do seguinte modo: capítulo 1, contendo referência de autores sobre o tema, os conceitos relacionados a monumento, monumento histórico e patrimônio histórico; capítulo 2 apresenta a história, as condições atuais, fotos do imóvel, o levantamento arquitetônico da edificação, elaboração do diagnóstico de danos e relatório técnico; e o capítulo 3, proposta de restauração do bem pontuando as ações necessárias por meio de texto e imagens apresentando as mudanças; além da introdução e conclusão.

## 2 MONUMENTO, MONUMENTO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A arquitetura revela lugares, dá forma e mantém vivos vínculos com o passado. Através dela o ser humano dispõe de meios concretos para interagir com a história que o dá identidade. Além disso, edificações antigas e de valor histórico requerem processos complexos como restaurar, conservar e preservar e necessitam de cuidados específicos. Dessa forma, para compreender essa relação e, também, nortear a pesquisa é preciso antes conceituar os termos monumento, monumento histórico e patrimônio histórico, bem como restauração e as teorias que o concernem.

As questões que envolvem monumento e patrimônio histórico requerem atenção, pois são temas que não existem há pouco tempo – o segundo é o mais recente e surgiu a partir da segunda metade do século XIX – e, com isso, sofreram modificações ou mesmo evolução. Choay (2006, p. 25) ressalta que apesar de haver confusão entre os termos, eles apresentam diferenças em muitos aspectos, que podem ser oponíveis, ou mesmo antinômicas.

Considerando a etimologia da palavra, monumento deriva do latim *monumentum*, esse, por sua vez, deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”), aquilo que traz à lembrança algo (CHOAY; 2006, p. 17).

Choay (2006, p. 26) vai além da definição etimológica e defini:

A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças.

Choay (2006, p.26) ainda completa que o que determina propriamente o monumento é a forma com que ele atua na memória:

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar.

Todavia o sentido memorial de monumento foi perdendo sua função ao longo do tempo, ocasionado por alguns fatores, dentre os quais, o novo conceito de arte a partir do Renascimento e também do desenvolvimento, aperfeiçoamento e difusão de memórias artificiais, como o caso da fotografia e, com isso o monumento erguido com a finalidade de rememoração, está praticamente em desuso. (CHOAY; 2006, p. 20).

Enquanto a definição de monumento sofreu transformações consideráveis, de acordo com Choay (2006, p. 25) o sentido de monumento histórico ocorreu com mais lentidão. Para essa mesma autora a conservação desse monumento deve ser vinculada a um referencial teórico, caso contrário não haveria coerência. Mas o que seria monumento histórico?

Riegl (2014, p.32-36) define monumento histórico “[...] toda obra de constituição análoga que possui valor histórico.” Acrescenta ainda que enquanto no monumento o valor de memória nos é imposto pelo autor de tal, no monumento histórico, o valor é atribuído por nós.

Conforme expõe Choay (2006, p. 28) para compreender o surgimento do termo é preciso regredir ao ponto no qual desenvolve o interesse em conservar pelo seu valor histórico.

Esse advento gradual de monumentos não volíveis<sup>2</sup> (*ungewolt*), segundo Riegl (2014, p.40) ocorre na Idade média, justificado pela formação de um novo valor de memória no século XV na Itália – período que coincide com o Renascimento italiano:

Teve início a apreciação dos monumentos da Antiguidade, não mais apenas pelas lembranças patrióticas do poderio e da grandeza do antigo do Império, que o romano da Idade Média – em uma ficção extravagante – ainda considerava existente ou apenas provisoriamente interrompido, mas pelo seu “valor de arte e valor histórico”.

Essa limitação inicial apenas à fase “antiguizante” do *Quattrocento*, na qual os monumentos escolhidos pertenciam exclusivamente à Antiguidade, atingiu na sequência a fase de consagração, a qual estabeleceu a conservação do monumento histórico e definiu uma esfera de proteção e criação de uma disciplina independente de restauração. (CHOAY; 2006, p. 20).

<sup>2</sup> Não Volíveis (Ungewolt): “elemento que suscita um valor de memória histórico, independentemente de ter valor artístico, ou de sua importância relativa à época de sua composição.” ( RIEGL; 2014, notas da edição)

Assim, cronologicamente, até o renascimento o termo monumento foi utilizado para designar apenas edifícios construídos com fim memorável. A partir do renascença italiana esses monumentos ganham cunho histórico, que marcam e revivem a história de um povo ou local em virtude disso ganham o termo monumento histórico. Com o progresso do conhecimento à cerca de diversas áreas, como, por exemplo, no campo da arte, esse termo passou por transformações teóricas e passou a ser chamado de Patrimônio.

Brusadin e Silva (2011, p. 71) dizem que “o conceito de patrimônio está intimamente ligado com o conceito de monumento histórico, devido ao fato de ambos remeterem ao passado de um povo e terem por finalidade reviver esse passado [...]”. E isso de fato ocorreu, Choay (2006, p. 12) esclarece que por um tempo tratava-se a expressão patrimônio histórico como sendo equivalente a monumento histórico, porém elas não são mais unívocas e “o próprio século XX forçou as portas do domínio patrimonial.”.

Segundo Fonseca (2005, p. 58) o Patrimônio Histórico surge da mobilização popular na Inglaterra pela preservação dos bens que sofriam ataques ocasionados pelo vandalismo reformista, “a ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos.”.

Assim, Choay (2006, p. 11) diz sobre patrimônio histórico:

A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituídos pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.

É a partir do sentimento de pertencimento e identidade relacionados à função cidadã de cada indivíduo, como a do pensador e crítico John Ruskin, em repúdio à destruição em favor do progresso que surge o patrimônio como direito essencial a todos. Segundo Choay (2006, p. 140) Ruskin defendia a arquitetura, mesmo a casa mais simples, como essencial na formação humana.

A noção de patrimônio permitiu a quebra de limites relacionados ao tempo e ao gosto. Diante disso, a categoria de bens imóveis passa a compreender desde obras

da antiguidade à arquitetura moderna, quando não as contemporâneas. Assim, “se as antigüidades [sic] tornaram riqueza, de sua parte as obras arquitetônicas recentes adquirem os significados histórico e afetivo das antigüidades [sic] nacionais.”. (CHOAY; 2006, p. 98).

Com isso, surgiu também a necessidade de preservar esses bens que agora pertencia à sociedade e era preciso instrumentos que garantissem a integridade e perpetuação histórica. De acordo com o que apresenta Choay (2006, p.98) um dos primeiros instrumentos jurídicos adotados nesse sentido ocorreu em 2 de outubro de 1789, na situação foram dispostos à nação os bens do clero, posteriormente os dos imigrados e, por fim, os da Coroa. Todavia, a princípio isso ocorreu com objetivos econômicos.

Nesse caminho pela conservação do patrimônio histórico, que de alguma maneira, sofria degradação, seja por ação do tempo e intempéries, seja por ação humana, a restauração surgiu como alternativa a sanar ou desacelerar essa deterioração. Essa temática surge como garantia de serem preservados aspectos originais de um edifício histórico e, com isso, nasceu teorias controversas entre si que se destacaram no que concerne à restauração desses edifícios.

Choay (2006, p. 153) destaca que duas doutrinas se defrontaram nesse debate, uma de caráter conservacionista (antiintervencionista) liderada por Ruskin, sendo própria da Inglaterra e outra não conservacionista (intervencionista) com predominância em um conjunto de países europeus, defendida mais enfaticamente por Viollet-le-Duc.

De acordo com Choay (2006, p. 155) Ruskin defendia que era proibido tocar nos monumentos e que isso cabe se não àqueles que a edificaram. Dessa forma, a restauração é um sacrilégio, e como mostra a autora “ao que parece, para eles o destino de todo monumento histórico é a ruína e a desagregação progressiva.”.

Já a doutrina de Viollet-le-Duc, a autora supracitada diz que pode ser resumida a uma definição do próprio em seu *Dictionnaire*: “Restaurar um edifício é restituí-lo a um estado completo que pode nunca ter existido num momento dado [...]”. (CHOAY; 2006, p.156 *apud* VIOLLET-LE-DUC, 1854-1868).

Para Grammont (2006, p. 438) restaurar segundo Viollet-le-Duc “consistia em reconstituir a forma original, ou supostamente original, do edifício”. E Choay (2006; p. 158) completa:

Reconstituindo um tipo, ele se mune de uma ferramenta didática que restitui ao objeto restaurado um valor histórico, mas não sua historicidade. Da mesma forma, a rudeza de suas intervenções em geral prende-se ao fato de que, absorto em suas preocupações didáticas, ele tende a esquecer-se da distância constitutiva do monumento histórico.

As posições extremistas tanto de Ruskin em defender que o bem não deveria sofrer um processo de restauração, sendo a ruína e o sua progressiva destruição o destino do monumento, e a de Viollet-le-Duc em não considerar o valor histórico e a individualidade de composição e trajetória secular do edifício e, assim, reproduzi-lo em totalidade como parte da idealização de algo que buscava remeter, desencadearam muitas críticas em relação a essas teorias. (CHOAY; 2006, p. 163).

Assim, Kühn (2006, p. 61) destaca que mais no final do século XIX novas vozes surgiram com reflexões mais conservativas e fundamentadas na história. Entre àqueles que questionam os disparates das duas doutrinas está Camilo Boito, arquiteto que analisa o melhor de cada uma e propõe uma via “intermediária” para a restauração fundamentada em princípios, que a autora destaca:

[...] ênfase no valor documental das obras, que deveriam ser preferencialmente consolidadas a reparadas e reparadas a restauradas; evitar acréscimos e renovações, que, se necessários, deveriam ter caráter diverso do original, mas de modo a não destoar do conjunto; complementos [sic] de partes deterioradas ou faltantes deveriam, mesmo seguindo a forma primitiva, ser de material diverso ou ter incisa a data de restauração ou, ainda, no caso de restaurações arqueológicas, tem formas simplificadas; obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário, evitando-se a perda de elementos característicos e pitorescos; respeitar as várias fases do monumento, sendo a remoção de elementos admitida se tivessem qualidade artística manifestante inferior à do edifício; registrar as obras, documentando os trabalhos antes, durante e depois da intervenção; colocar uma lápide com inscrições para apontar a data e as obras de restauro realizadas.

Choay (2006, p. 164) destaca que embora Boito tenha extraído dessas teses o melhor, e dela elaborado um escrito sintetizado de forma sutil, ele mesmo não aplicou em todas as suas restaurações.

A evolução de tais doutrinas, segundo Kühn (2006, p. 62), ganha meios inovadores na preservação dos monumentos históricos na virada do século XIX para o XX através da importante contribuição do historiador vienense Alois Riegl. Choay

(2006, p.167-168) aponta que Riegl possuía tripla formação – de jurista, filósofo e historiador – o que, juntamente com a experiência como conservador no museu, lhe tornara competente para realizar um trabalho de reflexão ousado, mas com respeito ao que se refere a monumento histórico. É em sua obra *O culto moderno dos monumentos*, de 1903, que ele expõe suas colocações e, como informa a autora, sua experiência e conhecimento lhe permitiram criar um documento que não expressasse apenas uma perspectiva profissional, como a de Boito, mas que considerasse o monumento histórico como objeto social e filosófico.

Riegl, não foi compreendido na época e nem mais tarde, contudo seus princípios postulados em *O culto moderno dos monumentos* foram pistas do que se pensa atualmente em patrimônio histórico, embora estivessem “longe de orientar as práticas do patrimônio histórico e principalmente sua pedagogia, de que constituiriam a base.”. (CHOAY; 2006, p. 171-173).

As teorias de Gustavo Giovannoni também ganham destaque no início do século XX. Ele retoma as colocações de Boito e as reinterpreta também para a escala urbana. (KÜHL; 2006, p. 61). Como expõe Choay (2006, p.143) ele desenvolve em 1913 o conceito de “arquitetura menor”, que passa a integrar um novo monumento, o conjunto urbano antigo:

Uma cidade histórica constitui em si um monumento, tanto por sua estrutura topográfica como por seu aspecto paisagístico, pelo caráter de suas vias, assim como pelo conjunto de seus edifícios maiores e menores; por isso, assim como no caso de um monumento particular, é preciso aplicar-lhes as mesmas leis de proteção e os mesmos critérios de restauração, desobstrução, recuperação e inovação. (CHOAY; 2006, p. 143 *apud* GIOVANNONI, 1931)

De acordo com Choay (2006, p. 203) Giovannoni foi praticamente o único teórico urbanista da época a eleger a dimensão urbana como preocupação central. Além disso, Choay ainda aponta que sua teoria antecipa, de modo concomitantemente mais simples e mais complexo, as inúmeras políticas de “áreas protegidas” aplicadas a partir de 1960 na Europa.

Essas teorias foram precursoras ao que se compreende de conservação, mas somente em meados do século XX, como apresenta Morelato (2012, p. 279), que se definem as normas de preservação em um nível universal, por meio de Cartas Patrimoniais, Convenções e Recomendações emitidas por órgão internacionais, tais

como, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (ONU), Conselho Internacional de Monumento e Sítios (ICOMOS), Conselho Internacional de Museus (ICOM) e Organização dos Estados Americanos (OEA).

Segundo Kühl (2006, p. 64) o primeiro desses documentos elaborados data o ano 1931, quando o *Office International des Musées* (da Sociedade das Nações) realiza em Atenas uma reunião e desta resulta a publicação *La Conservation des Monuments d'Art et d'Histoire* ( A Conservação dos Monumentos de Arte e História). Ainda de acordo com a autora, Giovannoni contribui significativamente para a elaboração final do documento que ficou conhecido como Carta de Restauo de Atenas.

Para Kühl (2006, p. 64) a restauração já não está mais relacionada a retomar o estado primitivo, nem sequer a algum estado anterior. Essa concepção já aparece em textos de cunho normativo desde 1833, quando se considera o ambiente italiano, enquanto que na Áustria esse entendimento surge a partir de Riegl e internacionalmente desde a Carta de Restauração de Atenas. E completa que “restaurar é respeitar plenamente qualquer obra reconhecida como bem a tutelar, em suas várias estratificações e em seu transcurso ao longo do tempo, da maior ou menor apreciação pelo seu valor “artístico” [...]”.

Embora as teorias do “restauro filosófico” tenham sido mantidas, essas se mostraram ineficientes ao irem além do campo documental das obras. Com isso, passa-se a considerar o restauro como um ato histórico-crítico e analisa simultaneamente com o valor documental, aspectos materiais e formais. Assim as várias fases passadas pelo bem devem ser respeitadas, o que garante a conservação das marcas do tempo impressas em tal. Nessa vertente surgem relevantes textos a partir de 1940, como os de Cesare Brandi. (KÜHL; 2006, p.65).

Outras vertentes também surgiram e fomentaram as discursões a respeito da restauração, todavia essas não serão esmiuçadas nesta pesquisa. Fato é, que independente da qual seja, cada uma dentro de suas peculiares busca a preservação e, com isso, o respeito pelo valor e pela historia do bem.

E nesse ponto Kühl (2006, p. 170-173) é clara quando afirma que a preservação, conversão ou restauração é o objetivo de uma intervenção quando se preza pela

história, suas inúmeras camadas adquiridas com o tempo, pela comunidade, pelas permanências, sobressaindo justamente esses fatores e não a ruptura e a inserção de partes novas. A autora acrescenta que na hipótese de transformação devem ser antes analisados os conjuntos e edifícios que o compõem, bem como a forma com que ele se relaciona com o ambiente.

Nesse contexto, como expressa Choay (2006, p. 201), o monumento não ocorre de forma isolada, isto é, o entorno mantém uma relação essencial com ele. Assim, Kühl (2006, p. 2002), acrescenta que a partir do momento que essa obra é concebida ela é parte de todos.

Brandi (2004, p.31) completa:

na verdade, apesar de o reconhecimento dar-se sempre na consciência singular, naquele mesmo momento pertence à consciência universal, e o indivíduo que frui daquela revelação imediata impõe a si próprio o imperativo categórico, como o imperativo moral, da conservação. A conservação se desenreda em uma gama infinita, que vai do simples respeito à intervenção mais radical [...].

De fato, ao compreender a sua relação com o bem e seu valor individual e coletivo, o indivíduo não só preserva como busca meios para que tal ocorra de maneira adequada. Seguindo isso Kühl (2006, p. 206) expõe que “o uso era e continua a ser essencial, dada a sua importância para a própria manutenção e, portanto, sobrevivência do edifício; mas passa a ser um meio e não a finalidade da intervenção.”.

É inegável que o uso é de suma importância para sobrevivência do bem, mas esse deve ser compatível com os diversos aspectos do mesmo. Logo, não é a edificação que se deve adaptar ao novo projeto, mas a utilização que precisa está em conformidade com tal. É, também, preciso garantir a essência da obra de forma que a preservação proveniente da nova função não seja apenas em termo, visto que algumas são ditas culturais, mas têm feito caminho inverso e degradado os bens culturais. (KÜHL; 2006, p. 202).

A compreensão feita dos conceitos até o que se conhece atualmente de patrimônio histórico permitiu elucidar a evolução das definições de preservação nesse trabalho e, com isso, fundamentar possíveis intervenções em qualquer que seja a sua dimensão. Ter esse embasamento teórico antes de intervir reduz, ou mesmo elimina,

ações inadequadas que se configuram apenas como uma reforma ou recuperação e não devem ser associadas à preservação. Assim, uma ação verdadeiramente protetora das características formais e documentais do edifício, reconhece sua relação com o entorno, o integra a sociedade por meio de um novo uso compatível respeitando as marcas do tempo e sua composição e, conseqüentemente, alimenta o desejo individual e coletivo de mantê-lo conservado.

## 2.1 IPHAN E A PRESERVAÇÃO NO BRASIL

### 2.1.1 Breve Histórico

A ideia de patrimônio começou a entrar no cenário brasileiro à medida que se procurou proteger os bens de valor histórico e artístico pertencentes à Nação, e, assim, tornou-se importante do ponto de vista político, culminando no envolvimento do Estado a partir da década de 1920. Embora já houvesse museus nacionais em funcionamento na época, os mesmos não possuíam meios de proteção ao que não competia a eles, principalmente a categoria de bens imóveis. Em virtude disso cidades históricas estavam abandonadas, o que gerou denúncias partidas de intelectuais sobre a malversação do “tesouro” da nação e perdas importantes para gerações seguintes. Essa pressão levou o tema a debate tanto no âmbito nacional em instituições culturais e Congresso, quanto nos governos estaduais além da imprensa. (FONSECA; 2005, p. 81).

De acordo com Fonseca (2005, p.97), o governo entra efetivamente na questão do patrimônio em 1936 quando o então ministro Capanema recorre ao intelectual Mario de Andrade para que esse desenvolvesse um projeto sobre o assunto, de forma que abrangesse todo o território nacional. Assim, Andrade apresenta em uma primeira versão o projeto de criação de um órgão voltado especificamente à preservação que, posteriormente, foi transformado no decreto-lei nº25, o primeiro da história nacional. Passou então a funcionar de forma experimental o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – em 1936, entregue no ano seguinte ao Ministério da Educação e Saúde – MES.

Até a década de 1960 o SPHAN sofreu diversas mudanças, todavia ainda gozava de grande prestígio e influência. Com a aposentadoria de Rodrigo M. F. de Andrade,

em 1967, ficou evidente a fragilidade da autonomia do órgão, que passou a depender de líderes para continuar visível. (FONSECA; 2005, p. 141).

Além disso, a partir de 1965, como esclarece Fonseca (2005, p. 142), o SPHAN buscando mudança na sua forma de atuação e na sua reformulação recorre à UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – no intuito de compatibilizar os interesses pela preservação adotados internacionalmente ao que se vinha considerando no Brasil. Assim, se antes o SPHAN possuía a imagem de defensora do interesse público relativamente ao patrimônio frente a proprietários, setores insensíveis da Igreja e o poder público, em concordância com as diretrizes da UNESCO passa a ser o negociador, “que procura sensibilizar e persuadir os interlocutores, e conciliar interesses; ou melhor, que procurar demonstrar que os interesses da preservação e os do desenvolvimento não são conflitantes, mas, pelo contrário, são compatíveis.”

Conseqüentemente, o patrimônio nacional segue um novo caminho em direção a uma das articulações elaboradas, como aponta Fonseca (2005, p. 142):

o objetivo era demonstrar a relação entre o valor cultural e o valor econômico, e não procurar convencer autoridades e sociedade do interesse público de preservar valores culturais, como ocorrera nas décadas anteriores. Essa articulação foi feita em duas direções: seja considerando os bens culturais enquanto mercadorias de potencial turístico, seja buscando nesses bens os indicadores culturais para um desenvolvimento apropriado.

A autora ainda completa que uns dos princípios dessa nova orientação recomendava que os estados também atuassem de forma complementar a federação colaborando na preservação de patrimônios localizados nos mesmos. (FONSECA; 2005, p. 142).

Conforme apresenta Fonseca (2005, p. 143) a década de 1970 foi de críticas ao já então IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – não somente pelas dificuldades operacionais, mas também pelo destaque prioritariamente dado ao monumento advindo da cultura do colonizador. Os setores mais modernistas do governo acreditavam que era preciso atualizar o que se tinha de patrimônio. Thomaz (2010, p. 10) acrescenta que até essa década o conceito de patrimônio histórico nacional estava voltado apenas a bens imóveis e ao ser reavaliado foram incluídas

medidas de preservação voltadas a outras áreas, possibilitando o tombamento de bens de valor imaterial.

A constituição de 1988 vem reiterar essa concepção e por meio dos artigos 215 e 216 definiu o patrimônio cultural nacional como os bens de natureza material e imaterial, seja individualmente ou em conjunto, que possuem ligação à identidade e à memória de grupos, e fica instituído o registro, o tombamento e o inventário como instrumentos de preservação. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Paralelo a esse período em 1979 o IPHAN foi extinto pelo decreto nº 89.198, e transformado em um órgão central de direção superior, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), posteriormente em Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), e somente em 1994 volta a ser chamado de IPHAN, através da medida provisória nº 610. (PEREGRINO; 2012, p. 97).

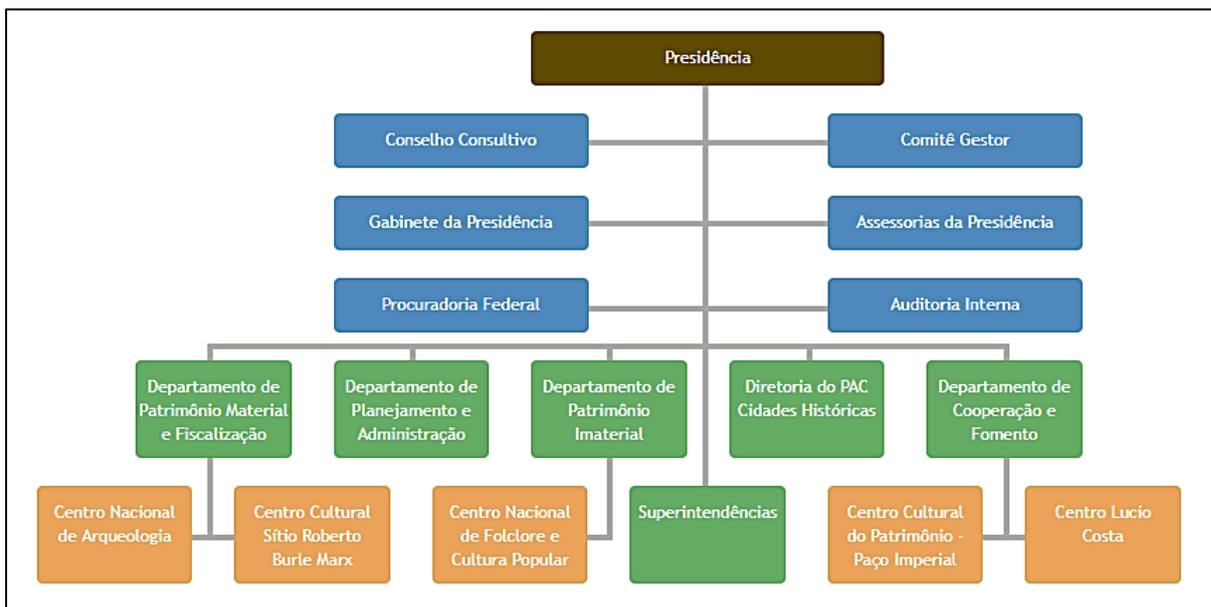
### **2.1.2 Estrutura e Organograma**

Atualmente o IPHAN conta com 27 Superintendências, uma em cada unidade federativa, e 27 Escritórios Técnicos, majoritariamente em locais com conjuntos urbanos tombados e 04 Unidades Especiais, três desses no Rio de Janeiro e um em Brasília. Conta, também, com uma administração central no Iphan Sede em Brasília (DF) e também no Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro. Além disso, na cidade do Rio de Janeiro há um Arquivo Central e tem a função de fazer a abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento. (IPHAN).

Segundo informações na página institucional do órgão, ele também responde pelos bens inscritos na Lista de Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade. (IPHAN).

A figura 1 apresenta a organização do Iphan:

**Figura 1:** Organograma do IPHAN



Fonte: IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/214>>.

Para Vieira Filho (2010, p.54) a função do IPHAN vai além de referenciar o passado sendo sua maior função “garantir o reconhecimento, a preservação e a apropriação dos bens [...]”.

Ainda para o autor é preciso que a instituição viabilize a apropriação dos bens tidos como patrimônio cultural por parte da população, por meio de processos educacionais e que formem as ideias de cidadania. (VIEIRA FILHO, 2010, p.54).

## 2.2 PATRIMÔNIO E A INDÚSTRIA CULTURAL

Como exposto no item 1.1.1, em conformidade com a UNESCO a entidade brasileira assumiu uma nova postura e, depois disso, articulou-se de modo a analisar o patrimônio com algo também de valor econômico algo já presente no ambiente internacional.

É preciso compreender antes de tudo como aconteceu essa mudança de objeto de culto a indústria.

Segundo Choay (2006, p. 207) a natureza, o objeto e as formas do culto ao monumento postulado por Riegl, sofreram mudanças e, na mais recente, ligada à industrial cultural.

De acordo com Choay (2006, p. 207) a expansão ecumênica do patrimônio ocorreu com a Conferência de 1972 voltada à proteção do patrimônio mundial cultural e natural organizada pela Assembleia Geral da UNESCO, onde o documento gerado definiu a universalidade ao que se pensa e o valor do tema.

Mas em um determinado momento, os diversos problemas advindos da disseminação da “cultura” ocasionam uma interpretação diferente da palavra. Os museus passam a tratar a consagração ao monumento como coadjuvante, conseqüentemente, desfigura o caráter da cultura e torna-se empresa e, logo indústria. Assim, as obras assumem duplo sentido e agora junto ao saber é aliado o prazer, sendo explorados pela “engenharia cultural”, que tinha como função extrair de todas as formas o monumento, a fim de garantir o maior número de visitantes. (CHOAY; 2006, p. 211).

Se a palavra valorização deveria tranquilizar quando se trata de patrimônio, Choay (2006, p. 211-213) aponta que na verdade é inquietante e objeto de ambigüidade, visto que remete a valores do patrimônio que faz parte do ato de reconhecimento, mas também carrega valores econômicos. A autora ainda destaca as inúmeras formas usadas para valorizar o monumento e, com isso, transformá-lo em um produto de valor comercial, que vão desde a restauração à reutilização, ocorrendo entre elas a *mise em scène*, animação cultural, modernização, conversão em dinheiro e acesso.

Voltando-se especificamente a reutilização, que consiste em reintegrá-lo a sociedade por meio de um uso, deve-se considerar primeiramente o estado da edificação e avaliar o fluxo de usuários suportado. (CHOAY; 2006, p. 219). Dessa forma, Choay afirma que:

a prática da reutilização deveria ser objeto de uma pedagogia especial. Ela deriva do bom senso, mas também de uma sensibilidade inscrita na longa vida das tradições urbanas e dos comportamentos patrimoniais, que por isso varia de país para país. (CHOAY; 2006, p. 222)

A autora supracitada completa que no âmbito da reapropriação e a valorização as intervenções seja na arquitetura menor ou em malhas urbanas possuem diferentes naturezas:

ora [...] é transformada em produto de consumo cultural – reutilização ambígua, no melhor dos casos lúdica, e que dissimula sua natureza museal –, ora pode ser destinada a fins econômicos que se beneficiam

simbolicamente de seu *status* histórico e patrimonial, mas que a ela não se subordinam.". (CHOAY; 2006, p. 224).

Para Choay (2006, p. 225-226) são perversos os efeitos da industrial patrimonial, à medida que o patrimônio histórico arquitetônico se enriquece, continuamente são explorados e valorizados. Cidades, estados e regiões veem no mesmo uma garantia de rentabilidade e muitas vezes, a principal fonte econômica e, por esse motivo, é considerado um empreendimento rentável. Mas a autora esclarece que todo empreendimento tem efeitos secundários, e o “empacotamento” do bem por meio do consumo cultural e a injeção dos mercados imobiliários imponentes, o priva dos próprios moradores locais, bem como de tarefas corriqueiras do cotidiano do indivíduo.

Esses efeitos demonstram-se preocupantes. Seria um culto ou uma indústria? Certo é que as práticas patrimoniais sofrem riscos de automutilação pelo favor e sucesso usufruído, em virtude do grande número de pessoas que visitam o “passado”. Em contrapartida, esse fluxo excessivo degrada e destrói, pois não foram idealizados para tantas visitas. (CHOAY; 2006, p. 227).

Assim, para contornar essa situação Choay (2006, p. 232-233) considera que haja uma conservação estratégica. Para ela o fechamento total ao público é uma solução radical e que nas vezes que fora adotada os monumentos e sítios estavam ameaçados de destruição. Todavia existem muitas maneiras de regular esse acesso como, por exemplo, dias e horas de visitação reduzidos; limitação de público; trajeto imposto, limitando a agressão física com práticas simples.

Além disso, Choay (2006, p. 235) traz à luz que a hipótese de se reproduzir em totalidade monumentos nas proximidades dos lugares originais é tentadora, visto que realizadas por cientistas e especialistas contribuiriam para disseminação dos conhecimentos históricos e também para a efetiva preservação do patrimônio que fora reproduzido, porém sem sombra de dúvidas é pouco realista, seja por motivos éticos, seja por motivos econômicos.

Dessa forma, é preciso está atento quanto à relação conturbada do patrimônio e o turismo para garantir o bem como prioridade, não deturbando, portanto, sua imagem, valor e memória. Como já foi posto também, é preciso que a nova utilização seja compatível à edificação e não o edifício adaptado a nova função.

### 3 FAZENDA SANTA RITA: UM RECANTO DE HISTÓRIA

De acordo com o IPHAN (2005, p.20), a pesquisa histórica sistematiza as informações obtidas de fontes diversas, localizando e identificando o bem no tempo, bem como sua trajetória histórica. Além disso, este levantamento também objetiva verificar a autenticidade dos elementos, as alterações ocorridas e as condições do ambiente em que está inserida a edificação. São fundamentais para a elaboração técnica, das etapas seguintes: prospecções, plantas, cortes e mapeamento dos danos.

Feito o levantamento histórico, realiza-se a etapa de levantamento físico. Onde o reconhecimento do bem ocorre por meio de vistoria e levantamentos, que serão representados graficamente e fotograficamente. Dois dos produtos dessa atividade são o levantamento cadastral, que “compreende a rigorosa e detalhada representação gráfica das características físicas e geométricas da edificação, do terreno e dos demais elementos físicos presentes na área a ser levantada”, e o levantamento fotográfico, que tem a finalidade de complementar a compreensão da edificação e registro anterior as intervenções do interior e exterior da edificação. (IPHAN, 2005, p.21).

Tendo essas informações é realizado o mapeamento de danos da edificação e seu local de ocorrência.

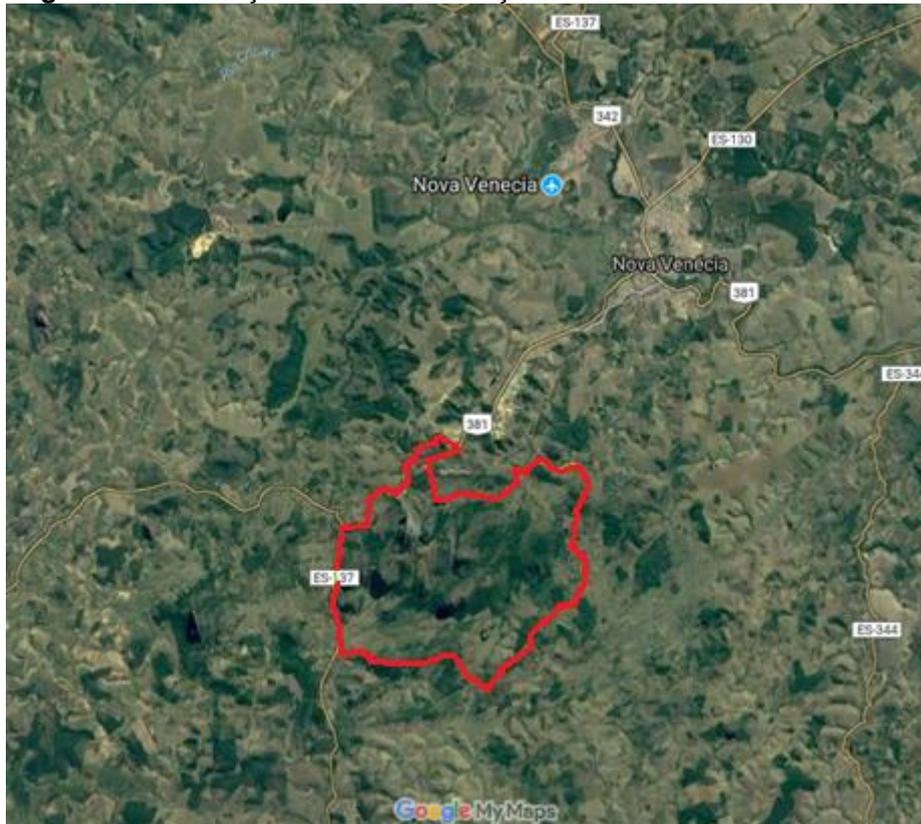
#### 3.1 ÁREA DE ESTUDO

Nova Venécia é um município brasileiro, que segundo informações do planejamento e programação de ações do INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural –, está localizado na Macro região Noroeste do Espírito Santo a 255 quilômetros da capital Vitória. Seu território faz parte do Território da Cidadania Norte do Espírito Santo e limita-se com os municípios de São Mateus a leste, ao sul com São Gabriel e Águia Branca, ao oeste com Barra de São Francisco, Ecoporanga e Vila Pavão, e ao norte com Boa Esperança e Ponto Belo, como mostra a figura 2:



O município conta ainda com uma área de proteção ambiental conhecida com Área de proteção Ambiental (APA) da Pedra do Elefante e tem como principal característica aglomerado granítico, sendo o de maior destaque o que dá nome a essa área, rodeado por Mata Atlântica. (PIVA; 2014, p. 15). Essa região é demarcada na Figura 3:

**Figura 3:** Demarcação da área de Proteção Ambiental da Pedra do Elefante



Fonte: Google Maps. Adaptado sobre a adaptação feita pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema). Disponível em: <[https://iema.es.gov.br/APA\\_Pedra\\_Elefante](https://iema.es.gov.br/APA_Pedra_Elefante)>

Piva (2014, p. 25) destaca sua importância:

a APA da Pedra do Elefante resguarda uma imensa riqueza em termos de fauna e flora típicas da Mata Atlântica, nascentes cristalinas, além de ser local de múltiplas manifestações culturais como mitos e lendas, danças e canções folclóricas, rezas e festas típicas, receitas e remédios caseiros, personagens simbólicos da cidade e fatos marcantes da história regional. Tudo isso ali guardado pela pedra e seu entorno. Por isso essa região deve ser preservada.

E acrescenta que a criação dessa APA da Pedra do Elefante ocorre somente em 31 de Julho de 2001, por meio do Decreto Estadual nº 794-R, reconhecendo assim, sua importância ambiental e cultural da região. (PIVA; 2014, p. 27).

Esse valor histórico apontado por Piva (2014, p. 133) possui um grande aliado: o Casarão da Fazenda Santa Rita, de meados da década de 1950 (Figura 4).

**Figura 4:** Vista do Casarão da Fazenda Santa Rita em 1986.



Fonte: Érico Haushild. Piva (2014)

Esse que foi da filha do Barão de Aymorés, hoje pertence à Dona Ecila, afilhada da neta do barão, e seu José, seu esposo e é um recanto àqueles que buscam um encontro com o passado, principalmente à época da colonização do município veneciano. (PIVA; 2014, p. 133).

No que desrespeita a sua localização foi constatado em visita que o acesso ao casarão dar-se pela Rua Colatina e está a 12 Km do centro, dos quais os 5,200 Km finais são de estrada de terra.

### 3.2 BREVE HISTÓRIA DO CASARÃO

Como informa Piva (2014, p. 134-135) a fundação da Fazenda Santa Rita ocorre com a filha do segundo casamento do Barão de Aymorés, Theodózia Rodrigues da Cunha, cujo nome é o mesmo de sua mãe. Em 1891, aos 21 anos, ao casar-se com seu primo, o engenheiro Dr. Antônio dos Santos Neves, recebe de seu pai essa parcela da propriedade como presente de casamento.

A união entre parentes tão próximos era prática comum no período. Russo (2007, p. 55) aponta que o casamento preferencialmente entre primos, impulsionava o laço consanguíneo no interior da elite rural e com isso mantinha não somente a 'limpeza do sangue', como garantia a propriedade e o poder à família.

Dessa forma, o casamento da filha do Barão com eu primo, reforça essa prática e deixa claro o interesse de manter a soberania da família na região, pois de acordo com Piva (2014, p. 135-140), Dr. Antônio dos Santos Neves, naquele período era Diretor do Núcleo Colonial de Santa Leocádia e tinha a responsabilidade de medir os lotes no Núcleo Colonial de Nova Venécia, instituído oficialmente no ano seguinte. Inclusive o nome desse núcleo, dado pelo mesmo, foi em referência ao número significativo de imigrantes italianos oriundos da região de Vêneto, cuja capital é Veneza. Além disso, o autor destaca que a importância dos Santos Neves pode ser confirmada ao mencionar que o primeiro presidente do Estado no início da República, era nada menos que o irmão de Dr. Antônio, o Dr. Graciano dos Santos Neves. (PIVA; 2014, p. 135-140).

Dona Theodózia teve 14 filhos e viveu na fazenda até o seu falecimento em 31 de março de 1992. Dentre os filhos, a filha de nome Alice dos Santos Neves não se casou e, por conseguinte, permaneceu com os pais. Todavia, possuía uma afilhada que pelo acolhimento recebeu o nome inversamente ao de sua madrinha, Ecila. (PIVA; 2014, p. 135-140).

Piva (2014, p. 136-137) ao apontar Dona Ecila com guardiã de relíquias da família, não poderia ter usado adjetivo melhor. Das muitas coisas que podem ser encontradas no casarão, além de uma boa prosa, estão objetos que pertenceram ao casarão do Barão de Aymorés, construído entre os anos 1870-1873, e que, infelizmente, só existem poucos vestígios atualmente. São fotografias e documentos dos filhos e netos do Barão, instrumentos de trabalho, porcelanas importadas e panelas daquele período.

A viagem à história pode ser estendida ao ir ao local onde o Barão de Aymorés residiu, que ficou conhecido como Casarão dos Escravos. Aliás, esse quando saiu de sua fazenda na Cachoeira do Cravo rumo à região, em torno de 1870, primeiramente chegou ao local da Fazenda Santa Rita e depois seguiu para os pés

da pedra, a qual futuramente passou a ser chamada de Pedra do Elefante, onde fundou sua sede e implantou lavouras de café. (PIVA; 2014, p. 138)

Segundo Piva (2014; p. 140) atualmente Dona Ecila desenvolve um trabalho de agroturismo e recebe visitantes de diversas regiões do país, e além-fronteiras. Todavia seu trabalho mais notório relaciona-se ao resgate histórico-cultural que continuamente faz com crianças e adolescentes de escolas de toda a região, permitindo o contato dos mesmos com o passado e, conseqüentemente, a valorização e perpetuação do mesmo.

Sua importância é indispensável à história do município. Por lei foi considerado através da Lei Complementar nº 008 de 27 de maio de 2008 como Imóvel de Interesse de Preservação Histórica e Cultural. Embora considerado pela prefeitura como patrimônio histórico, a ação é apenas simbólica, pois na prática não foi realizado o tombamento como patrimônio histórico do município.

### 3.3 LEVANTAMENTO CADASTRAL E DIAGNÓTICO DE DANOS

Como exposto no capítulo 1 o uso do bem é essencial ao mesmo devido à garantia de manutenção, como bem apontou Kühl (2006, p. 202). Essa afirmação torna-se visível ao analisar o casarão da Fazenda Santa Rita, que sob a guarda de Dona Ecila e Família, o mantém conservado. Todavia, é possível visualizar alguns danos existentes na edificação analisando suas fachadas.

Apresentando individualmente cada uma de suas fachadas, a fachada norte é também a fachada principal da edificação (Figura 5). Possui uma varanda com guarda-corpo pintado na cor azul claro. Cor também presente nos pilares superiores que sustentam o telhado e nas esquadrias. As esquadrias que compõem essa fachada e as demais são em madeira de cedro maciço. Nessa vista há três unidades de porta com folha de abrir dupla do tipo almofadada, com molduras fixadas na superfície. Existe apenas uma janela presente na parte superior da edificação, no lado direito, essa janela é do tipo abrir com venezianas e vidro. Possui, ainda, outra camada interna responsável por controlar a entrada de luminosidade. Na parte inferior sob o vão da escada há uma pequena janela do tipo abrir com folhas lisas. A

escada é primordialmente de madeira, exceto os primeiros degraus que são de concreto, e não possui corrimão. São também em madeira, os pilares e as estrutura do assoalho. A parede possui pintura branca, que contrasta com o vermelho dos tijolos de barro exposto nos dois extremos inferiores da fachada. Centralizado à vista há um grande vão que permite acesso à garagem.

Apesar de essa fachada ser aparentemente a mais conservada, é possível encontrar alguns danos. A madeira que compõe a estrutura da edificação (Figura 6), bem como da escada apresenta desbotamento de cor, a superfície é irregular, a pequenas variações de tamanho. Na escada (Figura 7) vale ressaltar ainda que alguns degraus estão frouxos e desgastados e, por isso, causam instabilidade, além da substituição dos três primeiros, por degraus de concreto. Nas paredes inferiores (Figura 8) há o desprendimento de pintura e reboco, deixando aparentes os tijolos da alvenaria. A fachada recebeu elementos posteriores à construção como as sapatas nos pilares das varandas, a calha e o telhado novo (comum as outras vistas). As esquadrias não apresentam problemas visíveis, estão bem conservadas.

**Figura 5:** Vista geral da fachada frontal da edificação (Fachada Norte); presença de desprendimento de reboco; desbotamento das estruturas de madeira e da escada causado por intempéries, irregularidade da superfície; reforço da estrutura com sapatas de concreto;



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 6:** Parte da estrutura de madeira da fachada frontal; evidencia o desbotamento da cor, ranhuras na madeira, intenso desgaste, pontos de mofo, irregularidade de superfície e sapatas de concreto.



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 7:** Detalhe da escada na fachada frontal; evidencia o desgaste da peça de encaixe dos degraus e perda de um pedaço do degrau por apodrecimento.



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 8:** Parte da fachada frontal da edificação; evidencia o desbotamento da cor da madeira, as sapatas de concreto, desprendimento do reboco e tijolos aparentes.



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

A fachada oeste (Figura 9) apresenta vigas e colunas de madeira que sustentam a edificação. Além disso, essa estrutura recebeu reforço em alguns pontos por meio de pilares e viga de concreto. Neste lateral direita da edificação a fachada não é linear, possui dois volumes, um mais recuado que o outro. O volume alinhado com a varanda contém três janelas do tipo venezianas com vidro. Assim como na fachada principal, há outra camada interna nessas janelas, permitindo o controle de luz que entra. Na parte inferior há dois vãos fechados por tijolos de barro a uma altura de meia parede. Na base da construção há uma concentração de pedras e vegetações. No volume mais recuado, a parte térrea possui três vãos, o primeiro que dá acesso aos sanitários, o segundo coincide com a entrada para à cozinha/lanchonete, onde há uma porta, e o terceiro que dá visibilidade a escada de madeira. Ainda no térreo, essa vista conta com uma calçada de cimento. Outros elementos também presentes são a caixa d'água, responsável por armazenar a água proveniente do telhado, condutores pluviais verticais, calhas e tubulação de saída água. Já no pavimento superior existem duas janelas do tipo venezianas com vidro. Possui uma porta de madeira do tipo abrir com detalhes de frisos na vertical. Uma parede de meia altura compõe esse volume e funciona como guarda-corpo da área de serviço. Por fim, a

pintura é predominantemente branca, exceto na região da meia parede, que apenas está com reboco.

Nesta fachada, assim como na fachada norte, apresenta danos de desbotamento nas colunas de madeira. Há inserção de elementos estruturais não originais da construção, são pilares e viga de concreto (Figura 10). Todas as janelas (Figura 11) apresentam bastante sujeidade, o que confere a essas a cor preta, aparecendo em maior quantidade nas esquadrias alinhadas com a varanda. Além disso, algumas das aletas das venezianas estão danificadas. A parede no volume alinhado com a varanda (Figura 12) não possui superfície lisa, exhibe, portanto, pequenas irregularidades e há um fechamento em meia parede de tijolos de um vão posterior, não original da edificação. Já a parede do volume recuado há mofo e umidade na parte térrea. Nesse mesmo volume, a meia parede bem como a parede imediatamente ao lado e os sanitários logo abaixo não são construções originais (Figura 13). Elementos que também não pertencem a edificação inicial e foram inseridos posteriormente são: o reservatório de água, condutores verticais de águas pluviais e a saída de água. As árvores presentes no quintal atrapalham a visão completa da vista.

**Figura 9:** Vista geral da fachada lateral direita da edificação (Fachada Oeste); sujeidade nas esquadrias; presença de calhas e condutores verticais de água pluviais não originais; árvores impedindo visão total da fachada; desbotamento da estrutura de madeira e da escada causado por intempéries; parede com irregularidade apresentando pequenas cavidades; mofo e umidade na parede; tijolo aparente;



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 10:** Parte da fachada oeste; presença de viga de concreto, escada e pilar de madeira com a cor preta por causa das intempéries; madeira com ranhuras em grande quantidade; parte da parede está com reboco de forma grosseira.



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 11:** Detalhe da fachada oeste; esquadria com grande quantidade de sujeira, o que a deixa empretecida; aletas das venezianas danificadas; parede com superfície irregular.



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 12:** Detalhe da parede da fachada oeste; parede com superfície irregular, com pequenas cavidades; condutor vertical não original da edificação.



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 13:** Parte da Fachada oeste; modificação da fachada com o acréscimo dos ambientes depósito e sanitários, e de guarda-corpo de alvenaria; mofo e umidade nas paredes, inserção de elementos posteriores à edificação, reservatório de água, calhas e condutores verticais, saída de água, viga e pilares de concreto; desbotamento da cor da madeira; vegetação impedindo a completa visualização.



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

Assim como na fachada oeste, a fachada sul (Figura 14) não é linear. Composta, portanto, por dois volumes da edificação. Estruturalmente possui vigas e colunas de madeira, com reforço estrutural de pilares de concreto. No volume imediatamente à frente, há a escada feita totalmente de madeira que dá acesso a área de serviço. Esta área de serviço também possui meia parede nesta vista dos fundos. As esquadrias desse volume são duas, uma janela balcão, com detalhes de frisos na horizontal, presente na parte inferior, e uma porta do tipo abrir cujos detalhes são frisos na vertical e três ripas na horizontal, na parte superior da fachada. Próximo a essa porta, há uma chaminé de base quadrada, feito em tijolinho de barro, e torre circular, que tem saída acima do telhado. O telhado sobre a escada e área de serviço é independente do telhado da edificação. Já no volume recuado existe apenas uma esquadria, que está localizada na parte superior, trata-se de uma janela de abrir do tipo venezianas com vidro, essa é composta internamente por uma camada para bloquear a entrada de luz. Na parte térrea, existe um vão que permite o acesso à garagem. Possui calçada e a pintura é predominantemente branca, com apenas uma pequena parcela de parede apenas com reboco, próximo ao vão.

São consideráveis os danos na fachada sul. No volume mais avançado a escada (Figura 15) encontra-se bastante danificada, além de apresentar desbotamento de cor, o que também pode ser observado nas estruturas de madeira, apresenta parte com apodrecimento e rachaduras, danos que comprometem a estabilidade e a segurança da mesma. Na estrutura de madeira (Figura 16) constata-se irregularidade da superfície, bem evidente na viga, e muitas ranhuras, cujo aspecto se assemelha a de cortes feitos em madeira. Abaixo da área de serviço, a viga que sustenta o assoalho possui coloração escura por excesso de umidade e há fiação elétrica exposta. Nessa região há uma meia parede não original da construção. O que também não pertence a construção original são as esquadrias desse volume, a janela balcão e a porta na parte superior, a calçada e a torre da chaminé (Figura 17). Esta, aliás, apresenta sujidade preta e perda de tijolo. A parede contém pequenas cavidades, que dão a irregularidade na superfície da mesma. No volume mais recuado, a esquadria é original, mas apresenta sujidade, em cor preta. A parede apresenta sujeira proveniente da pintura vermelha empregada nas calhas, a superfície não é lisa, tendo o mesmo problema relatado acima. Por fim, há o fechamento de parte de um vão no térreo que não é original.

**Figura 14:** Vista geral da fachada dos fundos da edificação (Fachada Sul); esquadrias não originais da construção; apodrecimento da madeira da escada; tijolos com sujeira; desbotamento das estruturas de madeira e da escada causado por intempéries, irregularidade da superfície; telhado e calha não originais;



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 15:** Detalhe da calçada na fachada sul; apresenta desbotamento de cor, apodrecimento, rachaduras e perda de partes da madeira;



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 16:** Parte da fachada sul; detalhe da estrutura de madeira com a superfície composta de muitas ranhuras e desbotamento da cor; umidade excessiva na viga; fiação elétrica exposta.



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 17:** Parte da fachada sul; apresenta elementos não originais da construção, porta e chaminé; sujidade preta na chaminé; irregularidade da estrutura de madeira; parede sem uniformidade.



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

Assim como nas demais, a fachada leste (Figura 18) possui colunas e vigas de madeira, conta também com pilares do mesmo material. As vigas não possuem linearidade, sendo um trecho mais baixo que o outro. A escada que dá acesso à varanda é de madeira, exceto os três primeiros degraus que são de concreto. É vista com maior número de esquadrias, totalizam onze. Na parte superior há cinco janelas de abrir do tipo venezianas com vidro, e uma balsa de vidro fixo. Na parte inferior há duas janelas de abrir do mesmo tipo que as superiores, porém com padrão de dimensão diferente das venezianas e do vidro. Possui, ainda, uma janela de abrir lisa e duas portas de abrir simples com frisos na vertical. A cor azul clara característica das esquadrias fica evidenciada nas duas janelas venezianas do térreo e no guarda-corpo da varanda. A base da edificação é composta por vegetação e pedras. O telhado sobre a varanda é independente do telhado da edificação. Compõem a fachada, a calha e condutor vertical para águas pluviais, lateral da chaminé e fiação elétrica.

Os danos nesta fachada são variados. Como nas demais fachadas, a estrutura da edificação apresentam desbotamento de cor, acrescido de branqueamento de algumas partes. Nas esquadrias do tipo venezianas com vidro, na balsa e em uma porta inferior se repete o problema mencionado nas duas últimas fachadas para as janelas, o de grande sujidade que confere a cor preta sobre a pintura. Dessas janelas, a que está presente no lado esquerdo da parte superior tem perda de uma parte do vidro existente. Ainda tratando das esquadrias, existem duas que não possuem pintura (Figura 19) e sofrem danos advindos de condições externas, assim, são completamente escuras, o vão onde hoje está a porta inclusive era aberto, bem como a parede do lado imediatamente direito. Tanto a escada quanto a torre da chaminé são comuns às fachadas norte e sul, respectivamente, logo apresentam os danos já citados: na escada, instabilidade dos degraus, substituição de alguns desses de madeira por outros feitos em concreto e desbotamento da cor; na chaminé, desprendimento de tijolo e sujidade preta. A superfície da parede possui suave irregularidade, mas com ponto significativo de mofo e umidade (Figura 20). Além disso, há elementos inseridos posteriormente a construção da edificação, fiação elétrica (inclusive a coluna de madeira esquerda funciona também poste) e tubulação com saída de água. Vegetação em frente à fachada não permite que a visão seja completa quando olhada de frente.

**Figura 18:** Vista geral da fachada lateral esquerda da edificação (Fachada Leste); sujeidade nas esquadrias, desbotamento causado por intempéries; presença de calhas e condutores verticais de água pluviais não originais; desbotamento da estrutura de madeira e da escada causado por intempéries; mofo e umidade na parede; fiação elétrica; sujeidade na torre da chaminé;



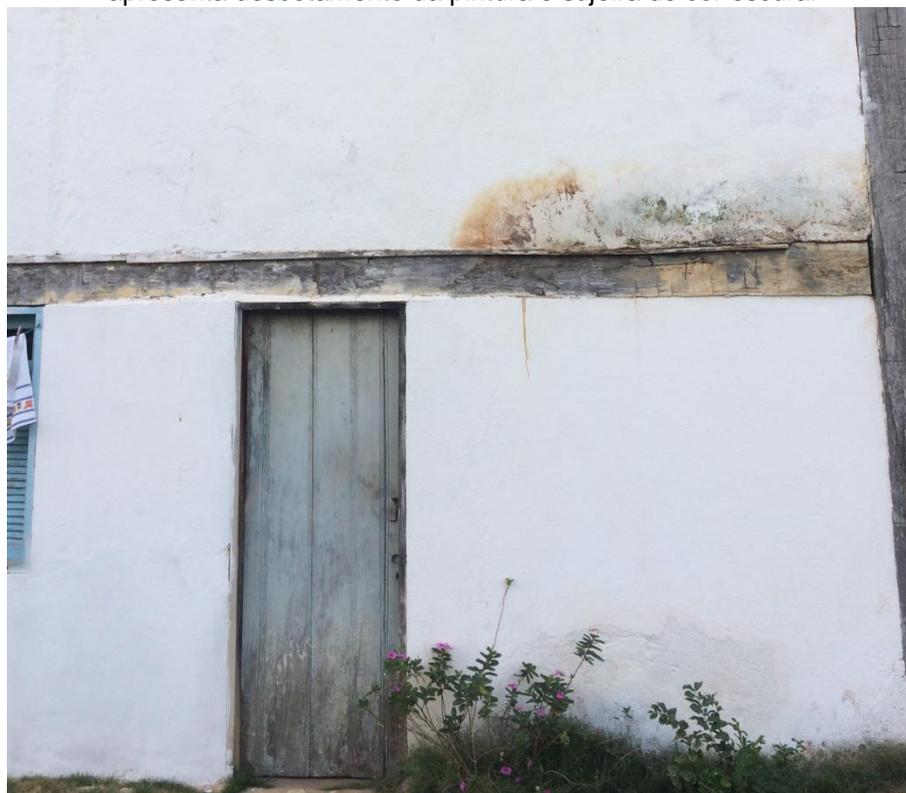
Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 19:** Detalhe da porta de madeira; apresenta processo de desgaste, superfície com cor escura; reboco de um pedaço da parede;



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

**Figura 20:** Parte da fachada leste; detalhe da parede com a presença de mofo e umidade; porta apresenta desbotamento da pintura e sujeira de cor escura.



Fonte: Acervo do Autor. Outubro/2018

No interior o nível de conservação é considerado bom. As divisões internas quase não foram modificadas, com exceção da área de serviço, que foi reduzida para a construção de um novo cômodo, um depósito. A área de serviço possui fechamento apenas em meia parede de alvenaria para as fachadas oeste e sul, a qual funciona como guarda-corpo. Este não está pintado, apenas com reboco, e contém em sua face superior acabamento de granito. Desse ambiente é acessada a antessala, onde o destaque fica por conta de um armário embutido, responsável pela separação do setor de serviço do setor social/íntimo da casa. Pela antessala se acessa o novo cômodo criado, as duas cozinhas que são independentes, mas conectam-se por um vão aberto, sendo uma delas usadas para produção de produtos alimentícios artesanais em escala maior. Além disso, dá acesso ao banheiro e a ampla sala de exposições que também, funciona como sala de TV. Dessa são acessados os quartos, três imediatamente depois do banheiro e três na lateral oposta, com dimensões diferentes, porém próximas. Por fim, da sala de TV há dois acessos à varanda, que compõem toda a fachada norte. O piso no interior da edificação é majoritariamente de assoalho. São dois tipos desse piso: na antessala, sala de

exposição, quartos e varanda possuem assoalho original da construção de ripas de madeira peroba, sendo o da antessala com mais desgaste da superfície, apatia de cor e fissura; no depósito e área de serviço o assoalho está em bom estado de conservação, possui acabamento em resina incolor, que ressalta a cor natural da madeira. As cozinhas possuem piso de ladrilho na cor marrom e bege, composto de figuras geométricas como losangos e estrelas de oito pontos. No banheiro o piso é de cerâmica branca comum, também usada nas paredes. Na parte térrea da edificação a garagem não possui piso, apenas barro amarelo compactado com algumas irregularidades de superfície. Os sanitários possuem piso em cimento grosso, e a cozinha/lanchonete piso cimentado com acabamento liso. Quanto ao forro, este está presente apenas na parte superior. As cozinhas, antessala, banheiro, sala de exposição e quartos possuem forros de PVC branco inseridos recentemente. Já os demais cômodos, área de serviço, depósito e a varanda, o madeiramento e as telhas são aparentes.

A cobertura foi totalmente reformada recentemente. As telhas de cerâmica são do tipo romana e sua cor é avermelhada. Assim como as telhas, o madeiramento também foi substituído. Ambos estão em bom estado de conservação devido à troca recente. A cobertura ainda possui calhas em toda a sua extensão, que direcionam o fluxo de águas pluviais para condutores verticais, que levam aos reservatórios. Tanto a calha, quanto o condutor são no material PVC branco, e apenas as calhas receberam a mesma cor do telhado. Quanto às telhas e o madeiramento antigos, apenas as que estavam melhores foram reaproveitadas para fazer a cobertura de um cômodo construído recentemente que fica retirado da casa, em virtude dos seus estados de conservação.

A estrutura de madeira embora não apresentasse problemas visíveis, recebeu apoio estrutural de pilares de concreto no térreo nas principais colunas da edificação. Além disso, abaixo da área de serviço, há uma viga em concreto que compreende desde os sanitários até o limite final da escada. Por fim, nos pilares que sustentam a varanda foram acrescentadas sapatas retangulares de concreto.

As esquadrias são de cedro pintado na cor azul claro, exceto uma porta e uma janela da fachada leste que não possuem pintura. Os vidros presente na maioria das janelas são transparentes. Essas esquadrias estão dispostas de maneira alinhada, o

que os tornam harmônicos nas fachadas. A edificação conta ainda com um guarda-corpo na varanda com a mesma cor das esquadrias. Todas as fachadas são pintadas de branco.

O quintal está em bom estado de conservação. É bastante arborizado, principalmente na fachada oeste. Sob a sombra dessas árvores existem mesas feitas em granito, com bancos de madeira, além de peças do antigo casarão do Barão de Aymorés. Conta também com algumas flores e gramíneas. Por fim, é possível ainda, ter contato com um represamento de água e trilhas ao pé da pedra.

A edificação foi construída com a finalidade de ser moradia e, ainda hoje possui primordialmente essa função. Porém hoje também funciona como museu de relíquias da família, atua com o turismo em geral, principalmente o turismo educativo realizado com alunos, por isso possui uma cozinha/ lanchonete onde serve refeições. Os quartos que não são de uso da família são usados para hospedagem de visitantes. Além disso, funciona como pequena empresa familiar, que produz produtos artesanais.

**Figura 21:** Vista da antessala; piso de madeira peroba original bastante desgastado; parede com sujeira e falhas na pintura; forro de PVC não original da construção.



Fonte: Acervo do Autor. Agosto/2018

**Figura 22:** Depósito; ambiente não original da construção; piso de madeira não original; telhado e madeiramento aparente não pertencem a época da construção; paredes com pintura branca.



Fonte: Acervo do Autor. Agosto/2018

**Figura 23:** Vista da cozinha 1; piso de ladrilho com razoável desgaste; forro PVC não original da construção; paredes em cerâmica branca; a porta foi inserida recentemente.



Fonte: Acervo do Autor. Agosto/2018

**Figura 24:** Vista da Sala de Exposições/ TV; piso em madeira peroba original; forro em PVC inserido posteriormente à construção; paredes com pintura branca;



Fonte: Acervo do Autor. Agosto/2018

**Figura 25:** Vista de um dos dormitórios do lado leste; piso de madeira peroba original; paredes brancas; forro em PVC inserido posteriormente.



Fonte: Acervo do Autor. Agosto/2018

**Figura 26:** Vista da varanda; parede apresenta sujidade; piso em madeira peroba original da construção; telhado e madeiramento não originais aparentes; guarda-corpo conservado.



Fonte: Acervo do Autor. Agosto/2018

**Figura 27:** Vista dos sanitários; ambiente não original da construção; piso em cimento grosso; não possui forro, o assoalho fica aparente; paredes são pintadas nas laterais e há cerâmica no fundo.



Fonte: Acervo do Autor. Agosto/2018

## LEVANTAMENTO CADASTRAL 01/05

## LEVANTAMENTO CADASTRAL 02/05

## LEVANTAMENTO CADASTRAL 03/05

## LEVANTAMENTO CADASTRAL 04/05

## LEVANTAMENTO CADASTRAL 05/05

## MAPA DE DANOS 01/02

## MAPA DE DANOS 02/02

#### 4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO DO BEM

O casarão foi construído com função de moradia, a qual é mantida atualmente. Todavia, esse desempenha outras funções que vão além da habitação como já exposto neste trabalho, são atividades voltadas à produção artesanal de produtos de consumo, restaurante/lanchonete, turismo rural e, principalmente, a educação histórica a visitantes.

Assim, é proposto que se mantenha o uso que atualmente é dado ao mesmo, tendo em vista que o valor histórico da edificação ganha destaque e propagação pelas atividades educacionais que resgatam a memória do desbravador da região de Nova Venécia e despertam a interpretação patrimonial, ou seja, o sentimento de pertencimento ao bem. As atividades de turismo rural e produção de consumo fortalecem a característica familiar da construção e o restaurante/lanchonete bem como a estadia oferece suporte aos visitantes tendo em vista a distância em relação ao centro.

Acrescentado a essas, propõem-se uma integração mais marcante do Casarão às práticas culturais do município incluindo o mesmo na rota das festas tipicamente venecianas, e também em atividades que já se realizam até a Pedra do Elefante, como passeios ciclísticos.

Dessa forma, o uso será mantido, conseqüentemente, não haverá elaboração projetual propondo um novo uso. Logo a análise do Casarão, bem como o mapeamento de danos é justamente para transformar a edificação arquitetonicamente e não sua ambientação, isto é, analisá-lo tecnicamente para propor a restauração dos danos presentes. Assim, são propostas medidas que garantam a manutenção do bem.

Nas estruturas de madeira, pilares e vigas, onde constatou deterioração característica de agentes físicos, como chuva e radiação solar, é proposto a o lixamento e posterior limpeza da superfície para remoção somente da camada superficial de modo a preservar as marcas do tempo que as caracterizam. Posteriormente, realizar impermeabilização com resina incolor, que preserve as características naturais da madeira. As escadas também apresentam o problema de desbotamento da cor, assim, podem receber o mesmo tratamento já descrito. Nas

escadas ainda visualizam-se problemas de perda parcial de madeira devido ao desgaste. Esses podem ser solucionados através da reconstituição da parte danificada com madeira de características físicas compatíveis com a original existente.

Nas paredes existem danos de alveolização, sujidades proveniente da pintura das calhas, manchas de escorrimento de água, umidade e desprendimento de reboco. Para o primeiro é recomendado a remoção da pintura e reabilitação do reboco fazendo a regularização da superfície para posterior pintura. Esta será à base de cal, como a pintura original da construção. As regiões com umidade serão também removidas com o auxílio de espátulas, e devida impermeabilização da área. Na fachada norte será retirado completamente o reboco e pintura imediatamente próximos aos tijolos aparentes, deixando totalmente expostos. A conservação desses se dará por meio da aplicação de um silicone, que ao ser absorvido fornece proteção sem modificar as características do substrato. Assim, haverá contraste do vermelho característico dos tijolinhos com branco das paredes superiores.

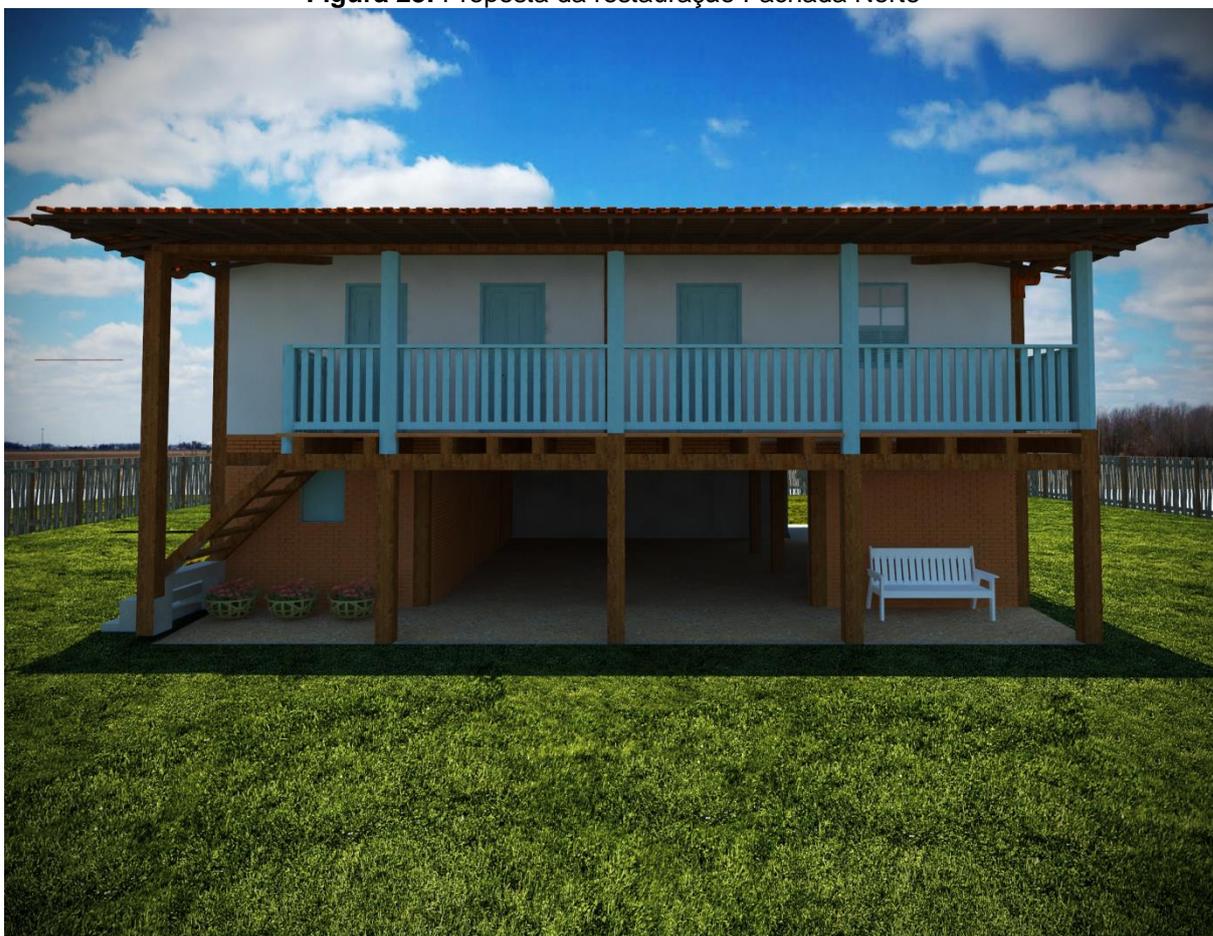
Quanto às esquadrias que apresentam grande sujidade e descascamento de pintura será realizada a remoção da sujeira. Para recuperação será preciso retirá-las, efetuar a limpeza, remover o vidro das esquadrias que possuem e reservá-los para não haver quebra, proceder com o lixamento da superfície para remover a tinta desbotada e preparar para o recebimento de pintura nova, impermeabilizar, pintar com a cor característica, azul claro, e finalizar com verniz incolor para proteger da ação de intempéries. Na janela veneziana que há a falta de vidro será colocado o vidro novamente já em outra que há aleta quebrada será reparado a mesma, fixando-a novamente onde houve a soltura antes do processo de impermeabilização. Na porta inserida posteriormente à fachada sul é proposto a adequação da mesma a um estilo de janela balcão.

Ao que desrespeita a chaminé será realizada limpeza do local afetado por meio de água e sabão para a retirada da sujeira que provoca a cor escura, com cuidado para que região incidente não seja danificada ou sofra perdas. Se necessário, substituí-los por tijolinhos de barro semelhantes ao empregado. Além disso, nas regiões que em que foram constatadas perdas de tijolos haverá reabilitação com tijolos semelhantes ao usado originalmente. Sobre essa será aplicado um silicone

impermeabilizante, que penetra nos tijolos, forma uma camada protetora e preserva a cor natural do substrato.

Internamente, foram notados apatia e danos no assoalho de madeira com maior incidência na antessala. Proceder com regularização da superfície através do lixamento, posteriormente envernizá-lo com resina incolor. As paredes com pintura também serão reparadas com limpeza, remoção de pintura antiga e dada nova pintura.

**Figura 28:** Proposta da restauração Fachada Norte



Fonte: Produzido pelo autor. Novembro/2018

**Figura 29:** Proposta da restauração Fachada Oeste



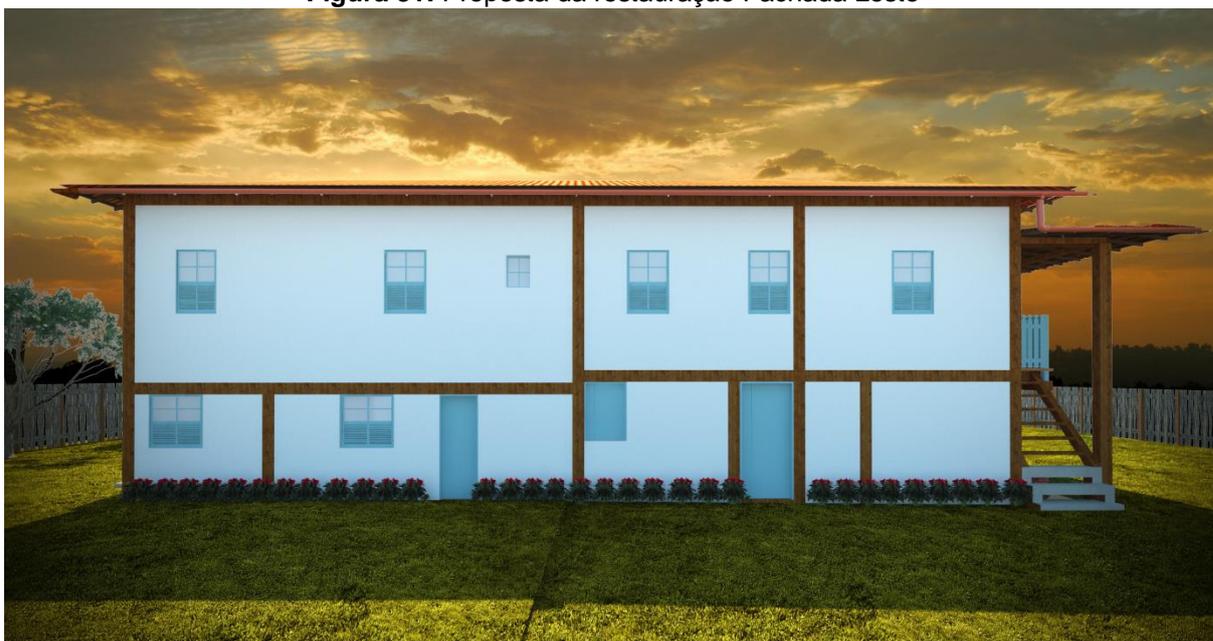
Fonte: Produzido pelo autor. Novembro/2018

**Figura 30:** Proposta da restauração Fachada Sul



Fonte: Produzido pelo autor. Novembro/2018

**Figura 31:** Proposta da restauração Fachada Leste



Fonte: Produzido pelo autor. Novembro/2018

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo o patrimônio histórico passou diversos processos de transformação e reflexões de intelectuais importantes, que por muitas vezes discordavam ao que desrespeitava a preservação do bem. Embora as discursões se mostrem antigas, há hoje ainda muitos desafios.

Um deles é a valorização e proteção do Estado, que deve garantir a salvaguarda da memória. Outro seria o interesse por parte da população em apropriação da memória, quer seja valorizando o bem, quer seja cobrando ações dos responsáveis. Outro fator importante a ser pontuado é a devida conservação e projetos de restauração condizente com o edifício.

Esta pesquisa, portanto, não tem o intuito somente de apresentar o valor histórico do Casarão da Fazenda Santa Rita, que por si já seria de extrema importância, mas também trazê-lo à luz e despertar o interesse da população e dos órgãos competentes, por meio de um sentimento de pertencimento à história do município atrelada a ele.

Nas pesquisas realizadas constatou-se que a prefeitura considera a edificação um patrimônio histórico da cidade, porém não age efetivamente em prol deste, visto que o mesmo não está documentado com um bem tombado pelo município. Aliás, na busca por informações constatou-se que a secretaria de cultura não possuía informação sobre a existência ou não de registro de tombamento do mesmo, expondo o descaso por parte de quem deveria possuir as informações ou demonstrar interesse pelo que tem valor patrimonial para o município. Isto evidencia a falha da gestão municipal atual e as passadas em preservar sua história. Além disso, ao que parece pelo fato de haver moradores a prefeitura não atua em prol do tombamento. Quanto à população, esta em sua maioria o considera patrimônio, porém desconhece a falta do registro legal. Já a proprietária, Dona Ecila, procurou em certo momento como funcionária o processo, mas não prosseguiu.

As análises feitas através das visitas, buscas bibliográficas, fotos e conversas evidenciam diversas interferências posteriores, mas garantindo ainda características próprias do casarão. Assim, por mais que tenha sofrido mudanças, o seu uso como moradia tem sido fundamental à conservação do mesmo.

Cabe lembrar que o uso hoje dado à edificação tem papel significativo na educação histórica e, por isso, não foi alterado. O levantamento cadastral e o mapeamento de danos, portanto, fundamentaram a proposta de intervenção no bem.

Ao que concerne aos objetivos específicos propostos, eles foram alcançados da seguinte forma, o primeiro que propusera *discorrer sobre a história do casarão*, foi alcançado pela abordagem da história do casarão, sua localização e importância no tempo e caracterização da região em que está inserida. O segundo deles relacionava-se a *fazer o levantamento cadastral e diagnóstico de danos*, para isso foram primeiramente relatados descritivamente sobre o que existia atualmente e o que havia de danos, em seguida por meio de peças gráficas (plantas, cortes, fachadas, cobertura e mapa de danos). O último objetivo, *propor intervenção nos danos apresentados*, foi alcançado ao sugerir a manutenção do uso dado atualmente e apresentar interferências de ação de conservação nos problemas descritos.

É preciso desenvolver a consciência de que o bem é parte da história do indivíduo, ou daquele local e que ao ser pertencente a ele é preciso preservar. O direito que as gerações futuras tenham em conhecer sua história deve ser garantido hoje.

Dessa forma, a sua catalogação permite conhecer e respeitar o bem com suas transformações e marcas no tempo, além de fundamentar as ações de conservação no futuro. Como expressa Reis (2016, p.67 *apud* CARVALHO; MIRANDA, 2005),

as paredes de uma casa vão estar sempre impregnadas pelos risos dos triunfos e da alegria ingênua, mas também umedecidas pelas lágrimas das perdas. São memórias, são rastros de coisas vividas, passadas, sempre pulsantes, mobilizadoras de lições nunca aprendidas. Esses risos, essas lágrimas, construíram o que se pode ver hoje.

Por conseguinte, o trabalho oferece base ao município a prosseguir com o processo de reconhecimento do bem e expressa seu inegável valor aos venecianos.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDI, Cesare, 1906-1988. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Atelie Editorial, 2004. 261p.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 05 jun. 2018

BRASIL. IBGE. **Cidades: Nova Venécia – ES**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/nova-venecia/panorama>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. IEMA. **APA Pedra do Elefante**. Demarcação da área de Proteção Ambiental da Pedra do Elefante. Marcação do IEMA. Cariacica. Disponível em: <[https://iema.es.gov.br/APA\\_Pedra\\_Elefante](https://iema.es.gov.br/APA_Pedra_Elefante)>

BRASIL. INCAPER. **Nova Venécia: planejamento e programação de ações - (2011)**. Na Venécia, ES. 22p. Disponível em: <[https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Nova\\_Venecia.pdf](https://incaper.es.gov.br/media/incaper/proater/municipios/Noroeste/Nova_Venecia.pdf)>

Brasil. Ministério da Cultura. Instituto do Programa Monumenta. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural** / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. \_ Brasília : Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

BRUSADIN, L. B.; SILVA, R. H. T. da. O uso turístico do patrimônio cultural em Ouro Preto. **Cultur : Revista de Cultura e Turismo**. Ilhéus, 28 jul. 2011. Disponível em: < <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/277/286> >. Acesso em: 29 mai. 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 4º ed. São Paulo: UNESP, 2006. 288p.

CUNHA, Eduardo Durão. **São Mateus e sua História**. In: São Mateus - Espírito Santo: 450 anos. São Mateus: EDAL, 1994.

Estrutura e Organograma. **IPHAN**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/214>>. Acesso em: 15 mai. 2018.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC - Iphan, 2005. 296p.

FURANI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

GRAMMONT, A. M. de. A Construção do Conceito de Patrimônio Histórico: Restauração e Cartas Patrimoniais. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio**

**Cultural**, v. 4, n. 3, p.437-442, 10 mar. 2006. Disponível em: <[www.pasosonline.org](http://www.pasosonline.org)>. Acesso em: 27 mai. 2018.

MORELATO, Andressa da Silveira. A ampliação das ações de preservação do patrimônio histórico: do monumento isolado à paisagem cultural. **Revista do Colóquio**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 63-86, jun. 2012. ISSN 2358-3169. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/colartes/article/view/7749>>. Acesso em: 29 mai. 2018.

MOUTINHO, Mário Canova. Sobre o conceito de museologia social. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 1, n. 1, may 2009. ISSN 1646-3714. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/467>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

NARDOTO, Eliezer Ortolani. **História, Geografia e Economia de São Mateus**. Ed. do autor. São Mateus: Gráfica JEP, 2016. 546p.

NARDOTO, Eliezer Ortolani. **História, Turismo e Cultura de São Mateus**. São Mateus: Edal Editora Atlântica Ltda, 2005. 70p.

PENTEADO, F.C.; LIMA, C.P.F.; DIAS, N.A.B.C.; ALVES, E.L. Cidadania e patrimônio cultural: diálogos socioambientais no Brasil. **Revista de estudos jurídicos UNESP**, Franca, v.18, n.27, p. 1-21, 2014.

PEREGRINO, Miriane. SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional. **Revista Confluências Culturais**, Joinville, v. 1, n. 1, p. 85-100, fev. 2015. ISSN 2316-395X. Disponível em: <<http://periodicos.univille.br/index.php/RCCult/article/view/69/147>>. Acesso em: 17 jun 2018.

PIVA, Izabel Maria da Penha. **À sombra do elefante**: a área de proteção ambiental da Pedra do Elefante como guardião da história e da cultura de Nova Venécia – ES. Nova Venécia: Gráfica Cricaré, 2014. 200p.

PÔNCIO, Lígia Pereira. **Estação da cultura**: Uma viagem através do conhecimento – Proposta de restauração e adaptação de uso para a estação ferroviária de rio doce. Projeto de Graduação (Bacharel em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013. 74p.

REIS, Diego Geovan dos. **A importância da restauração e da interpretação patrimonial para a valorização de edifícios históricos**: a Casa Sede da Fazenda Florestal e a Casa da Cultura de Irati-PR. Monografia (Bacharel em Turismo) – Setor de Ciências Sociais aplicadas, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, 2016. 74p.

RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos**: a sua essência e a sua origem. Tradução de Werner Rotschild Davidsohn & Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014 [1903].

RODRIGUES, Menandro Alison Sales; SALES, Juscelino Chaves. A madeira e suas patologias – Estudo de caso: Igreja Nossa Senhoras das Mercês, Itapipoca/CE. In: IX CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PATOLOGIA E RECUPERAÇÃO DE ESTRUTURAS, 2013, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: CINPAR, 2013. Disponível em: <[http://www.casadagua.com/wp-content/uploads/2014/02/A1\\_170.pdf](http://www.casadagua.com/wp-content/uploads/2014/02/A1_170.pdf)>. Acesso em: 01 out. 2018.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **Cultura política e relações de poder na região de são mateus:** o papel da câmara municipal (1848/1889). Dissertação (Mestre em História) – Programa de Pós-Graduação em História CCHN/UFES, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

TOMAZ, Paulo César. A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil. **Revista de História e Estudos Culturais – FENIX**, Uberlândia, ano VII, n. 2, v. 7, 2010.

Disponível em:

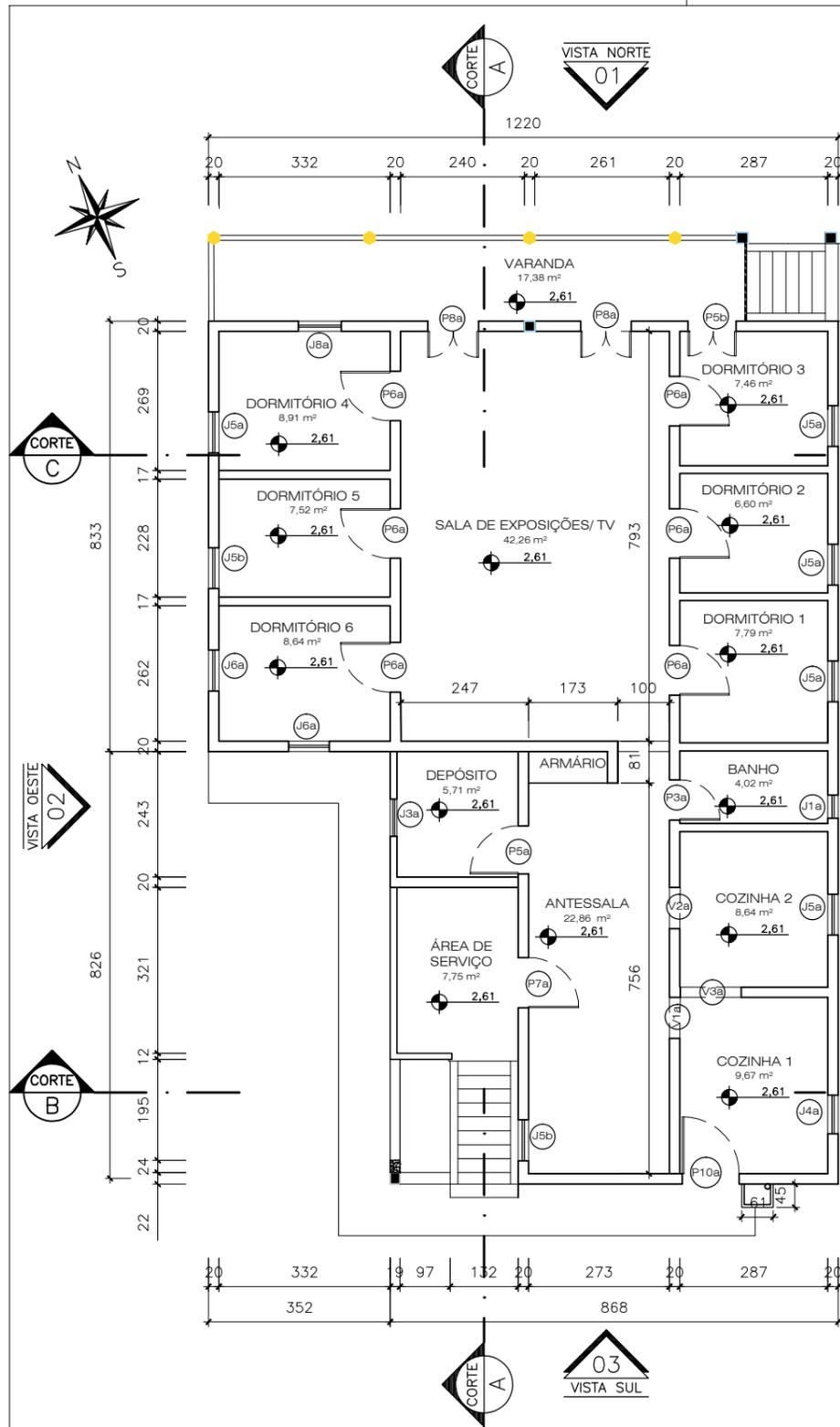
<[http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO\\_8\\_PAULO\\_CESAR\\_TOMAZ\\_FENIX\\_MAIO\\_AGOSTO\\_2010.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf)> Acesso em: 10 de jun. 2018.

TORRES, Ana Clara dos Anjos et al. Restauração de estrutura em madeira da Igreja Nossa senhora do Carmo em Diamantina – mg: estudo de caso [ Restoration of wooden structure of Nossa Senhora do Carmo church in Diamantina – MG: Case study ]. **REEC - Revista Eletrônica de Engenharia Civil**, [S.l.], v. 15, n. 1, ago. 2018. ISSN 2179-0612. Disponível em:

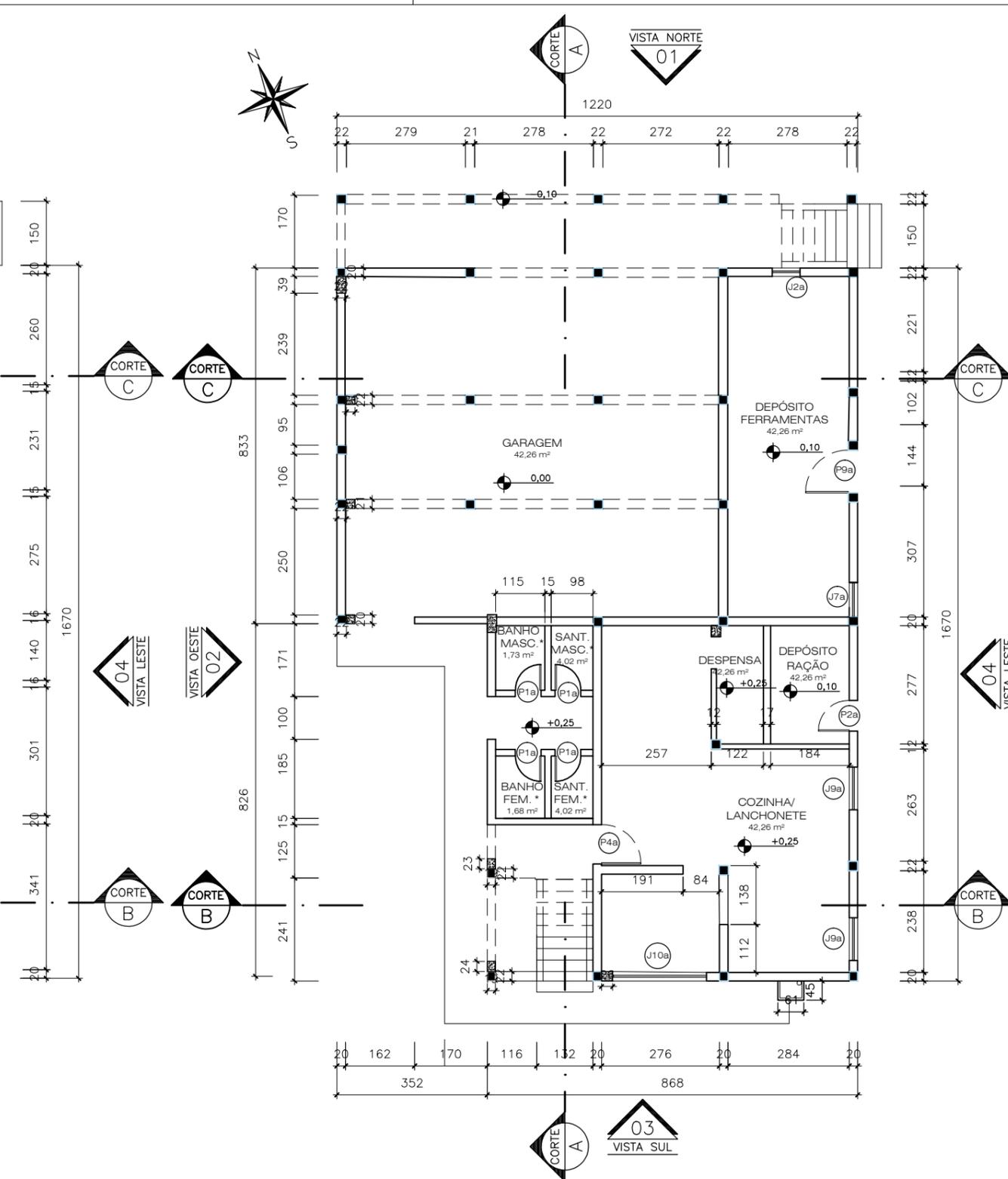
<<https://www.revistas.ufg.br/reec/article/view/49322>>. Acesso em: 24 out. 2018.

VIEIRA FILHO, Dalmo. O Iphan e seus horizontes. **Desafios do desenvolvimento**. Ed. 62. Brasília, ano 7, p. 54, junho/ julho, 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios062\\_completa.pdf](http://www.ipea.gov.br/desafios/images/stories/PDFs/desafios062_completa.pdf)>. Acesso em 10 jun. 2018.

WERTHEIMER, M.G. Restauração dos vitrais da Igreja São Pedro de Porto Alegre. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, 4, 2010, Pelotas. **Anais...** Pelotas: Editora da UFPel, 2010. 739p-748p. Disponível em: <<http://guaiaca.ufpel.edu.br:8080/handle/123456789/785>>. Acesso em: 01 out. 2018.



PLANTA BAIXA – 1º PAVIMENTO  
1/125



PLANTA DE PISO – TÉRREO  
1/125

QUADRO DE ABERTURAS					
PORTAS					
Nº	DIMEN.	TIPO	SITUAÇÃO	QUANT.	
P1	a 60 x 210	de abrir, folha única	preservada	004	
P2	a 72 x 191	de abrir, folha única	razoavelmente preservada	001	
P3	a 78 x 230	de abrir, folha única	preservada	001	
P4	a 92 x 210	de abrir, folha única	razoavelmente preservada	001	
P5	a 93 x 230	de abrir, folha única	preservada	001	
		de abrir, 02 folhas	preservada	001	
P6	a 96 x 230	de abrir, 02 folhas	preservada	006	
P7	a 97 x 230	de abrir, folha única	razoavelmente preservada	001	
P8	a 98 x 230	de abrir, 02 folhas	preservada	002	
P9	a 100x 210	de abrir, folha única	mal preservada	001	
P10	a 110x 210	de abrir, folha única	razoavelmente preservada, porta não original	001	
				TOTAL	014
VÃO					
Nº	DIMEN.	TIPO	SITUAÇÃO	QUANT.	
V1	a 79x 230	vão	vão sem esquadria	001	
V2	a 80x 230	vão	vão sem esquadria	001	
V3	a 118x 230	vão	vão sem esquadria	001	
				TOTAL	003
JANELAS					
Nº	DIMEN.	TIPO	SITUAÇÃO	QUANT.	
J1	a 45 x 60 / 150	Báscula bandeira fixa de vidro	razoavelmente preservada, com sujidade preta	001	
J2	a 65 x 84 / 120	de abrir, 02 folhas	preservada	001	
J3	a 72 x 144 / 85	de abrir, 02 folhas, c/ vidro e veneziana	razoavelmente preservada, com sujidade preta	001	
J4	a 75 x 120 / 100	de abrir, 02 folhas, c/ vidro e veneziana	mal preservada, com sujidade preta e falta vidro	001	
J5	a 79 x 120 / 100	de abrir, 02 folhas, c/ vidro e veneziana	mal preservada, com sujidade preta e aleta quebrada	001	
		de abrir, 02 folhas, c/ vidro e veneziana	razoavelmente preservada, com sujidade preta	006	
J6	a 79 x 120 / 100	de abrir, 02 folhas, c/ vidro e veneziana + 02 folhas lisas internas	razoavelmente preservada, com sujidade preta	001	
J7	a 79 x 111 / 94	de abrir, folha única	mal preservada, danos por ação de intempéries	001	
J8	a 83 x 130 / 108	de abrir, 02 folhas, c/ vidro e veneziana + 02 folhas lisas internas	preservada	001	
J9	a 100 x 110 / 85	de abrir, 02 folhas, c/ vidro e veneziana	razoavelmente preservada, com sujidade preta	002	
J10	a 220 x 110 / 95	tipo balcão	preservada, não original	001	
				TOTAL	017

NOTA:  
1. Os sanitários Feminino e Masculino, bem como os Banhos Feminino e Masculino no Térreo possuem o mesmo nível, de +0,22m.

CONTEÚDO  
**PLANTA BAIXA TÉRREO E 1º PAVIMENTO**

PRANCHA Nº **01**

TRABALHO FINAL GRADUAÇÃO II

Faculdade Capixaba de Nova Venécia  
Curso de Arquitetura e Urbanismo

AUTORA: PATRÍCIA NEGRIS

ORIENTADORA: Me. LÍGIA PEREIRA PÔNICO

PÁGINAS 48

LOCAL: CASARÃO FAZENDA SANTA RITA - NOVA VENÉCIA, ES

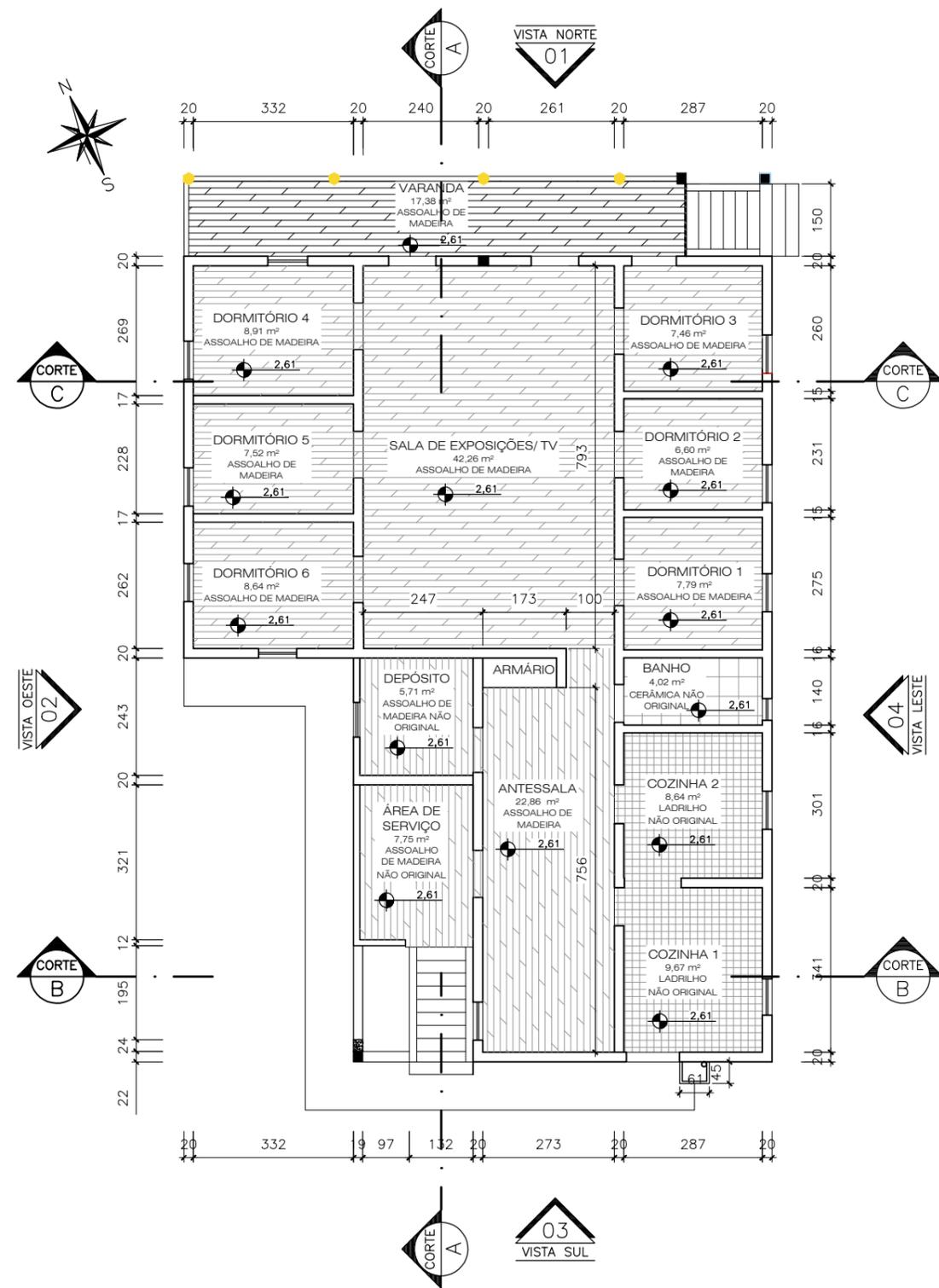
ASSUNTO (TEMA): CASARÃO DA FAZENDA SANTA RITA: ONDE A HISTÓRIA DÀ VIDA A NOVA VENÉCIA

ESCALAS: INDICADAS

ÉTAPA: LEVANTAMENTO CADASTRAL

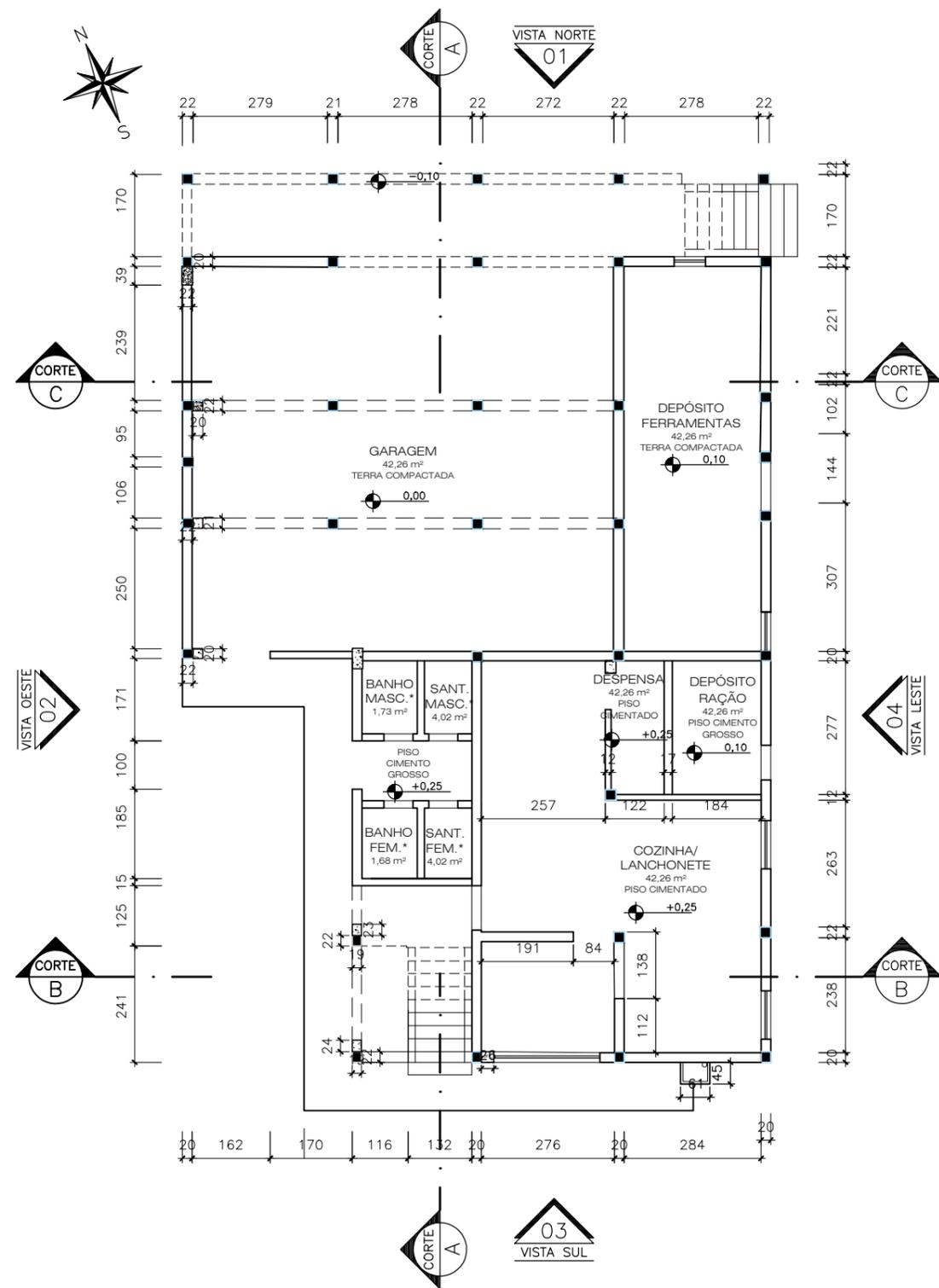
DATA: 09/11/2018

Nº DE PRANCHAS: 05



PLANTA DE PISO – 1º PAVIMENTO  
1/125

NOTA:  
2. Os sanitários Feminino e Masculino, bem como os Banhos Feminino e Masculino no Térreo possui o mesmo tipo de piso, Cimento Grosso.



PLANTA DE PISO – TÉRREO  
1/125

CONTEÚDO

# PLANTA DE PISO TÉRREO E 1º PAVIMENTO

LOCAL  
CASARÃO FAZENDA SANTA RITA - NOVA VENÉCIA, ES  
ASSUNTO (TEMA)

ESCALAS  
INDICADAS

ETAPA  
LEVANTAMENTO CADASTRAL

DATA  
09/11/2018

CASARÃO DA FAZENDA SANTA RITA: ONDE A HISTÓRIA DÀ VIDA À NOVA VENÉCIA

PRANCHA Nº

## 02

Nº DE PRANCHAS 05

## TRABALHO FINAL GRADUAÇÃO II

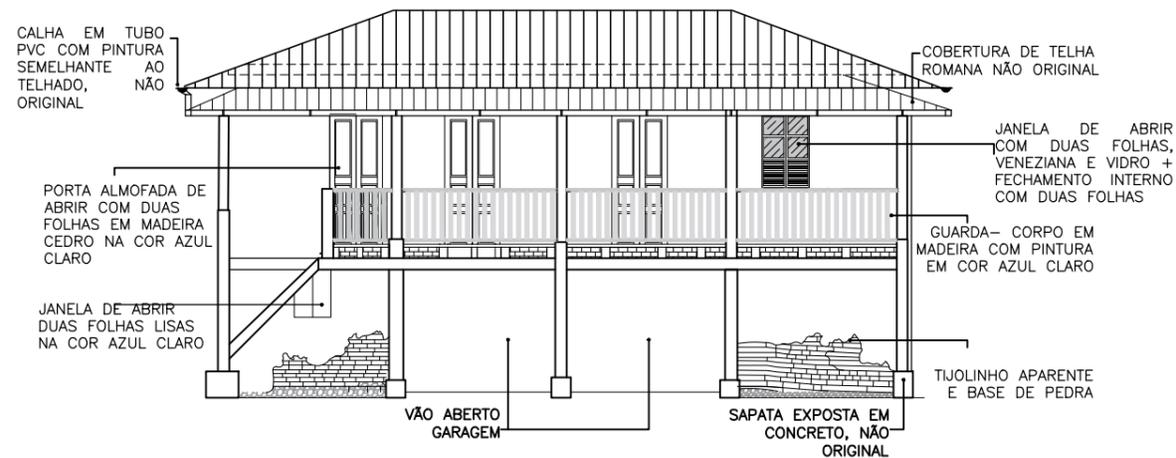
Faculdade Capixaba de Nova Venécia  
Curso de Arquitetura e Urbanismo

AUTORA  
PATRÍCIA NEGRIS

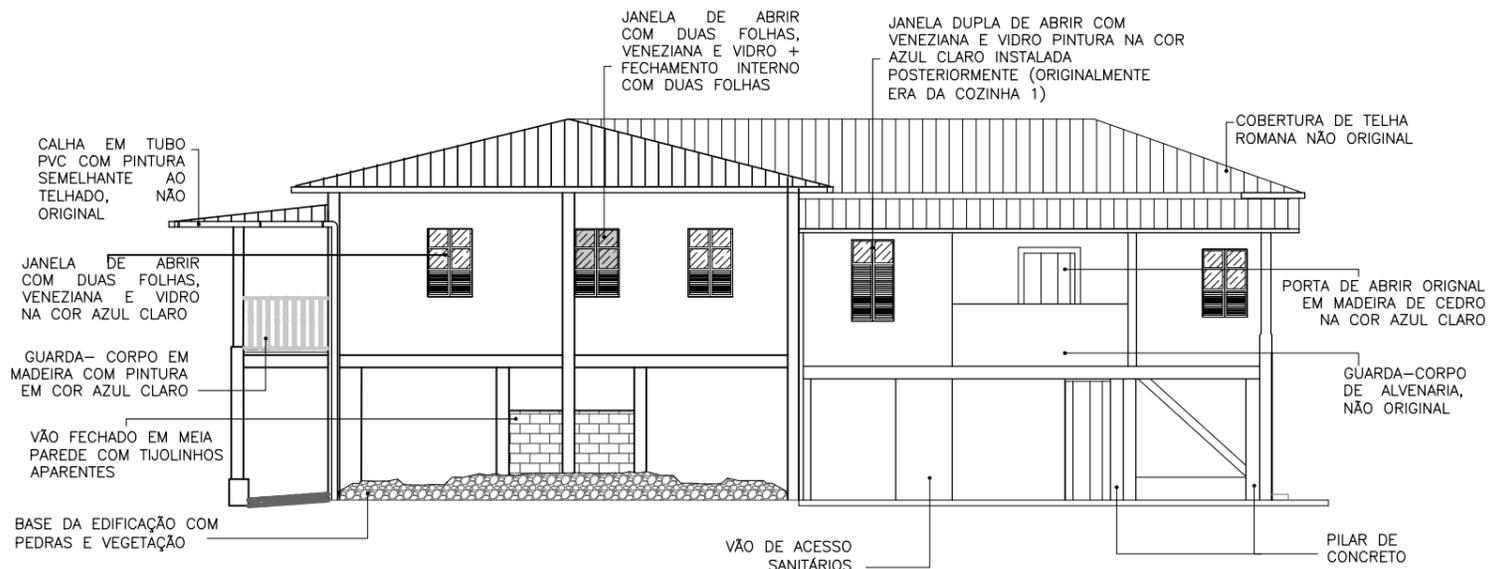
ORIENTADORA  
Me. LÍGIA PEREIRA PÔNCIO

PÁGINAS 49

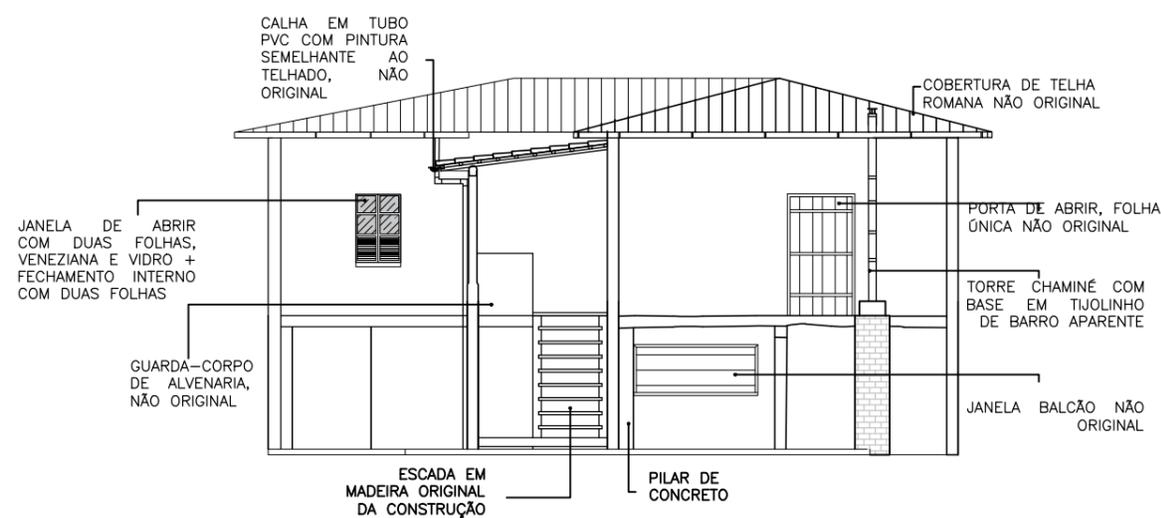




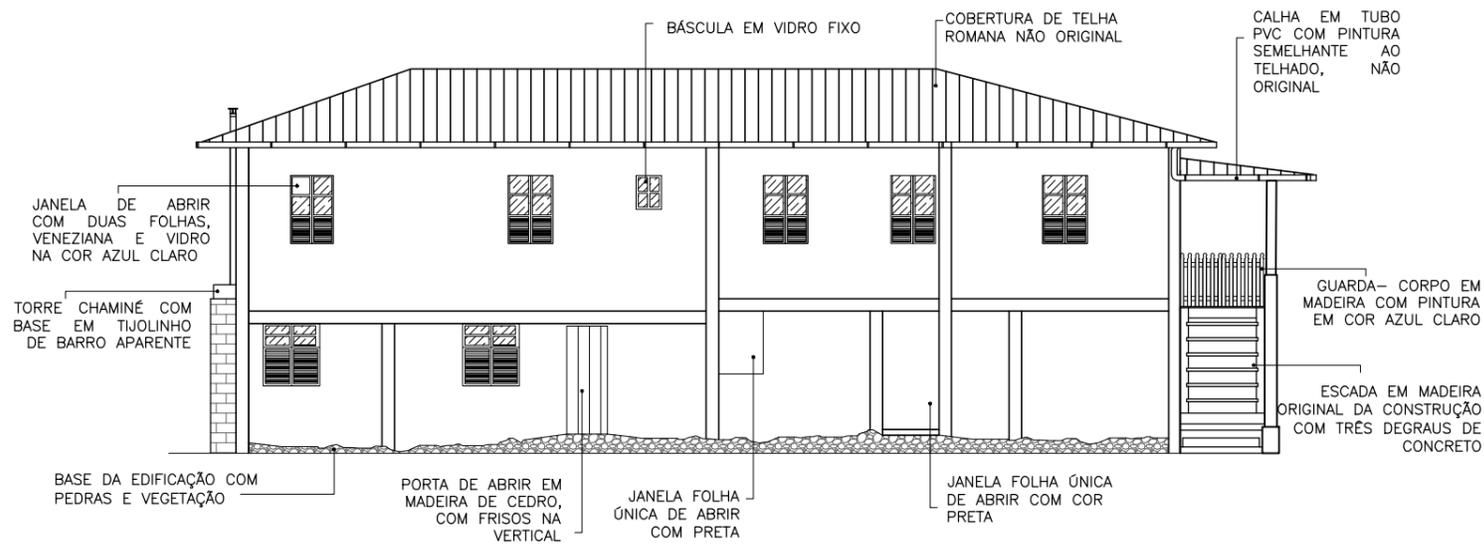
○ VISTA FRONTAL – NORTE  
1/125



○ VISTA LATERAL – OESTE  
1/125



○ VISTA LATERAL – SUL  
1/125



○ VISTA LATERAL – LESTE  
1/125

CONTEÚDO

## VISTAS

LOCAL  
CASARÃO FAZENDA SANTA RITA - NOVA VENÉCIA, ES  
ASSUNTO (TEMA)

ESCALAS  
INDICADAS

ETAPA  
LEVANTAMENTO CADASTRAL

DATA  
09/11/2018

CASARÃO DA FAZENDA SANTA RITA: ONDE A HISTÓRIA DÀ VIDA À NOVA VENÉCIA

PRANCHA Nº

# 04

Nº DE PRANCHAS 05

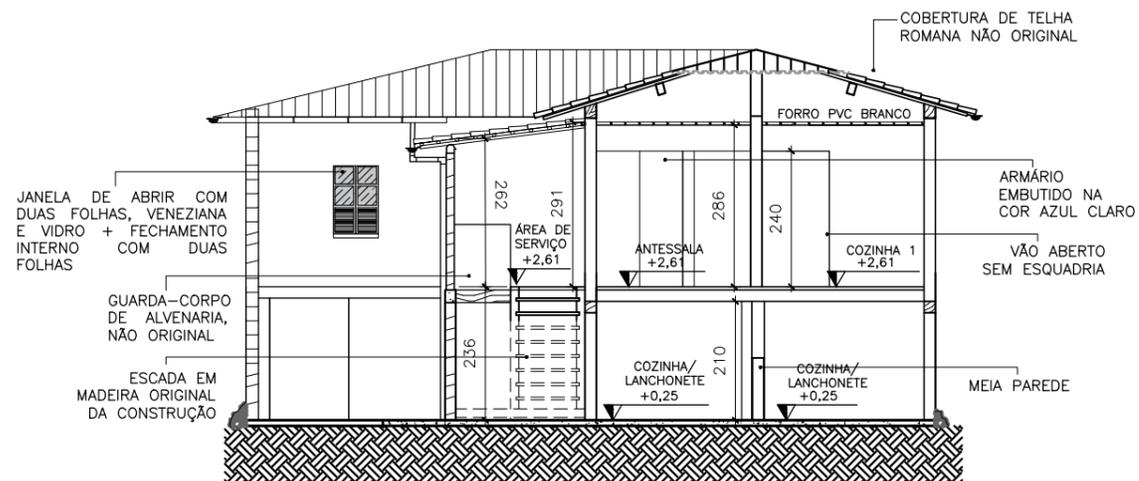
## TRABALHO FINAL GRADUAÇÃO II

Faculdade Capixaba de Nova Venécia  
Curso de Arquitetura e Urbanismo

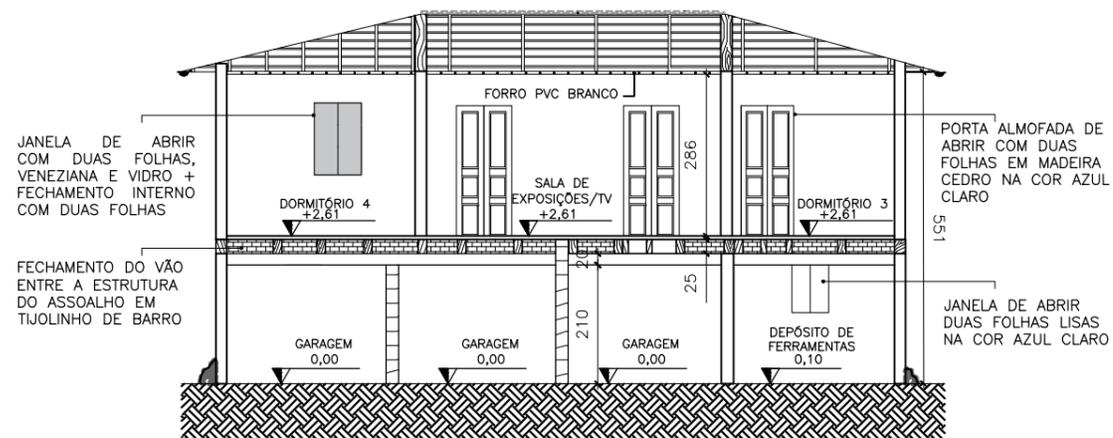
AUTORA  
PATRÍCIA NEGRIS

ORIENTADORA  
Me. LÍGIA PEREIRA PÔNCIO

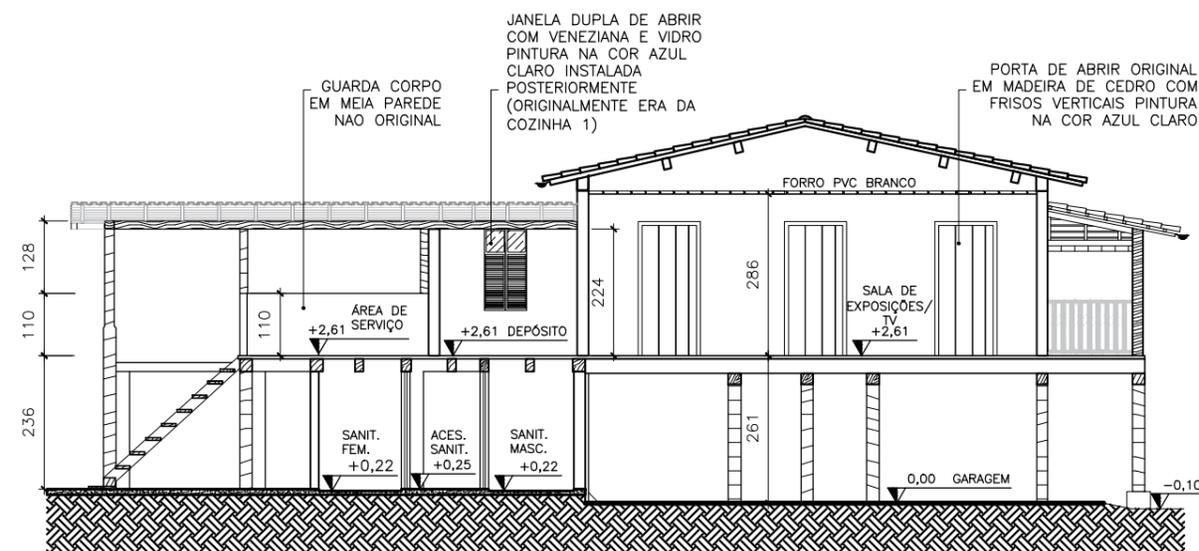
PÁGINAS 51



CORTE BB  
1/125



CORTE CC  
1/125



CORTE AA  
1/125

CONTEÚDO

## CORTES

PRANCHA Nº

# 05

## TRABALHO FINAL GRADUAÇÃO II

Faculdade Capixaba de Nova Venécia  
Curso de Arquitetura e Urbanismo

AUTORA  
**PATRÍCIA NEGRIS**

ORIENTADORA  
Me. LÍGIA PEREIRA PÔNCIO

PÁGINAS 52

LOCAL  
CASARÃO FAZENDA SANTA RITA - NOVA VENÉCIA, ES

ESCALAS  
INDICADAS

ETAPA  
LEVANTAMENTO CADASTRAL

DATA  
09/11/2018

Nº DE PRANCHAS  
05

ASSUNTO (TEMA)

**CASARÃO DA FAZENDA SANTA RITA: ONDE A HISTÓRIA DÀ VIDA À NOVA VENÉCIA**



VISTA NORTE – MAPA DE DANOS  
1/125



VISTA OESTE – MAPA DE DANOS  
1/125



DESAGREGAÇÃO /  
DESPRENDIMENTO DO  
REBOCO



DETERIORAÇÃO DE MADEIRA



INTERVENÇÕES NÃO  
PERTENCENTES À CONSTRUÇÃO  
ORIGINAL (POSTERIORES)



INTERVENÇÕES NÃO PERTENCENTES À  
CONSTRUÇÃO ORIGINAL (POSTERIORES)



INTERVENÇÕES NÃO PERTENCENTES À  
CONSTRUÇÃO ORIGINAL (POSTERIORES)



INTERVENÇÕES NÃO PERTENCENTES À CONSTRUÇÃO ORIGINAL  
(POSTERIORES)  
UMIDADE



ALVEOLIZAÇÃO

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

PATOLOGIAS		
 INTERVENÇÕES NÃO PERTENCENTES À CONSTRUÇÃO ORIGINAL (POSTERIORES)	 DESCASCAMENTO – ESFOLIAÇÃO	 ALVEOLIZAÇÃO
 DESAGREGAÇÃO / DESPRENDIMENTO DO REBOCO	 UMIDADE	 DETERIORAÇÃO DE MADEIRA
 ACRÉSCIMOS INADEQUADOS	 PERDA DE MATERIAL – LACUNA	 PERDA PARCIAL – QUEBRA DE PARTES DE MADEIRA
 ALTERAÇÃO CROMÁTICA – MANCHA – PÁTINA	 SUJIDADES – DESCASCAMENTO DE PINTURA DA ESQUADRIA – PRETUME	

CONTEÚDO

MAPA DE DANOS VISTAS;  
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

PRANCHA Nº

01

LOCAL  
CASARÃO FAZENDA SANTA  
RITA - NOVA VENÉCIA, ES  
ASSUNTO (TEMA)

ESCALAS  
INDICADAS

ÉTAPA  
MAPEAMENTO  
DE DANOS

DATA  
09/11/2018

Nº DE  
PRANCHAS 02

CASARÃO DA FAZENDA SANTA RITA: ONDE A  
HISTÓRIA DÀ VIDA A NOVA VENÉCIA

TRABALHO FINAL  
GRADUAÇÃO II

Faculdade Capixaba de Nova Venécia  
Curso de Arquitetura e Urbanismo

AUTORA  
PATRÍCIA NEGRIS

ORIENTADORA  
Me. LÍGIA PEREIRA PÔNCIO

PÁGINAS  
53



VISTA LESTE – MAPA DE DANOS  
1/125



VISTA SUL – MAPA DE DANOS  
1/125



SUJIDADES – PRETUME  
PERDA DE MATERIAL



SUJIDADES – DESCASCAMENTO DE  
PINTURA DA ESQUADRIA – PRETUME  
ACRÉSCIMOS INADEQUADOS  
UMIDADE ASCENDENTE



SUJIDADES –  
DESCASCAMENTO DE  
PINTURA DA ESQUADRIA –  
PRETUME



INTERVENÇÕES NÃO  
PERTENCENTES À  
CONSTRUÇÃO ORIGINAL  
(POSTERIORES)



INTERVENÇÕES NÃO  
PERTENCENTES À CONSTRUÇÃO  
ORIGINAL (POSTERIORES)



SUJIDADES  
ALVEOLIZAÇÃO



INTERVENÇÕES NÃO PERTENCENTES À  
CONSTRUÇÃO ORIGINAL (POSTERIORES)  
ALTERAÇÃO CROMÁTICA  
DETERIORAÇÃO DE MADEIRA



UMIDADE



ALVEOLIZAÇÃO



PERDA DE MATERIAL



SUJIDADES – DESCASCAMENTO DE  
PINTURA DA ESQUADRIA –  
PRETUME



INTERVENÇÕES NÃO PERTENCENTES À  
CONSTRUÇÃO ORIGINAL (POSTERIORES)



SUJIDADES – PRETUME  
PERDA DE MATERIAL



PERDA PARCIAL – QUEBRA DE PARTES DE  
MADEIRA

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

PATOLOGIAS

- |   |   |   |
|---|---|---|
| INTERVENÇÕES NÃO PERTENCENTES À CONSTRUÇÃO ORIGINAL (POSTERIORES) | DESCASCAMENTO – ESFOLIAÇÃO                                  | ALVEOLIZAÇÃO                                |
| DESAGREGAÇÃO / DESPRENDIMENTO DO REBOCO                           | UMIDADE   | DETERIORAÇÃO DE MADEIRA                     |
| ACRÉSCIMOS INADEQUADOS  | PERDA DE MATERIAL – LACUNA                                  | PERDA PARCIAL – QUEBRA DE PARTES DE MADEIRA |
| ALTERAÇÃO CROMÁTICA – MANCHA – PÁTINA                             | SUJIDADES – DESCASCAMENTO DE PINTURA DA ESQUADRIA – PRETUME |   |

CONTEÚDO  
**MAPA DE DANOS VISTAS;  
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO**

PRANCHA Nº

**02**

**TRABALHO FINAL  
GRADUAÇÃO II**

Faculdade Capixaba de Nova Venécia  
Curso de Arquitetura e Urbanismo

AUTOR

**PATRÍCIA NEGRIS**

ORIENTADORA

Me. LÍGIA PEREIRA PÔNCIO

PÁGINAS 51

LOCAL  
CASARÃO FAZENDA SANTA  
RITA - NOVA VENÉCIA, ES  
ASSUNTO (TEMA)

ESCALAS  
INDICADAS

ÉTAPA  
MAPEAMENTO  
DE DANOS

DATA  
09/11/2018

Nº DE  
PRANCHAS 02

**CASARÃO DA FAZENDA SANTA RITA: ONDE A  
HISTÓRIA DÀ VIDA A NOVA VENÉCIA**